



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata Nº 03/2019

Aos dezassete dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas dez horas, reuniu na Sala de Reuniões da Reitoria, no Largo do Paço - Braga, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), em sessão aberta ao público, com a seguinte ordem de trabalhos:

Assuntos de iniciativa do Conselho Geral

1. Aprovação da ata número 2/2019, referente à reunião do dia 25/03/2019;
2. Apreciação do processo eleitoral para os representantes dos Estudantes no Conselho Geral;
3. Apreciação do Relatório da Provedora do Estudante;
4. Outros Assuntos.

Assuntos de iniciativa do Reitor

1. Informações;
2. Conselho de Ética: substituição de membros;
3. Relatório de Atividades da UMinho 2018;
4. Relatório de Contas Consolidadas da UMinho 2018;
5. Relatório de Atividades dos SASUM 2018;
6. Relatório de Contas dos SASUM 2018;
7. Alteração da designação do Núcleo de Investigação em Políticas Económicas da Escola de Economia e Gestão;
8. Participação da UMinho na Associação CRUSOE - Conferência de Reitores das Universidades do Sudoeste Europeu.

Estiveram presentes os Conselheiros Luís Valente de Oliveira, que presidiu, Álvaro Sanróman, Ana Serrano, Diamantino Pereira, Isabel Soares, Maria Helena Guimarães, Maria José Casa-Nova, Patrícia Jerónimo Vink, Paulo Pereira, Sandra Paiva, João Rocha, Maria José Costa, Nuno Reis, Rui Oliveira, Victor Soares, José Teixeira, Manuel Carvalho da Silva, Maria da Graça Coelho, Paula Silva e Ramón Villares. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Justificaram a ausência os Conselheiros Eugénio Ferreira, Luís Amaral e Óscar Gonçalves. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata (anexo I).

Handwritten signature in blue ink.

Antes de ter início a ordem de trabalhos, tomaram posse os membros representantes dos Estudantes eleitos no passado dia 05 de junho – Nuno Henrique Vieira Reis, Rui Jorge Machado Oliveira, João Manuel Nogueira Rocha e Maria José Arantes Costa.

Assuntos de Iniciativa do Conselho Geral

1. Aprovação da ata n.º 2/2019, referente à reunião do dia 25/03/2019

Previamente à aprovação da ata, usaram da palavra o Reitor e o Conselheiro Victor Soares.

O Reitor solicitou uma correção no último parágrafo da página 5, de modo a que onde se lê *"(...) se possa aproximar da meta dos 70%, (...)"* passe a ler-se *"(...) se possa aproximar da meta dos 50%, (...)"*.

Referiu de seguida a sua última intervenção na reunião de 25 de março, a propósito da interpelação do Conselheiro Victor Soares sobre a omissão pelos órgãos de comunicação social da UMinho da entrevista concedida pelo Senhor Presidente da Escola de Engenharia ao Jornal Correio do Minho. Disse estar adequadamente mencionado na ata a sua recusa de qualquer insinuação de censura relativamente à referida entrevista, mas que os termos utilizados na sua última intervenção não foram tão matizados como os que constam na ata, dado que durante a reunião foi informado pelos serviços competentes de que a notícia estava disponível em pelo menos em pelos menos dois canais de comunicação da UMinho. Assim, solicitou que a transcrição referente à sua última intervenção fosse alterada para *"(...) Entendeu, face a estes dados, que as afirmações do Conselheiro são inaceitáveis, por insinuarem, sem fundamento, que o Reitor e os serviços e trabalhadores sob a sua coordenação não tratam de igual modo as intervenções dos diferentes membros da Academia, pedindo que, em intervenções futuras, seja dada mais atenção às palavras proferidas."*

O Conselheiro Victor Soares assumiu ter errado ao afirmar que a entrevista não tinha sido publicada nos canais de comunicação da UMinho, mas salvaguardou o facto de não ter querido atingir nem o Reitor nem os serviços por ele dirigidos. Leu de seguida uma declaração, a qual ficará anexa à presente ata (anexo II).

2. Apreciação do processo eleitoral para os representantes dos Estudantes no Conselho Geral

Foi conferida a palavra à Professora Maria de Lurdes Martins, que presidiu à Comissão Eleitoral para as eleições dos representantes dos Estudantes no Conselho Geral – mandato 2019-2021, que informou o Conselho sobre o modo como o processo eleitoral havia decorrido. Transmitiu que as eleições foram realizadas com o recurso ao sistema de votação eletrónico *evotUM*, o qual funcionou com normalidade, havendo apenas a registar uma baixa participação dos eleitores, situação que considerou preocupante e que deverá merecer por parte do Conselho uma reflexão sobre as iniciativas a serem tomadas no sentido de dinamizar mais estes processos eleitorais. Agradeceu o trabalho realizado pelos restantes elementos que constituíram a Comissão Eleitoral, assim como a todos aqueles que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos no processo. Dirigiu também um agradecimento ao Secretariado do Conselho Geral pelo apoio técnico e administrativo prestado ao longo do processo eleitoral.

O Conselheiro Nuno Reis agradeceu o mandato que foi conferido aos elementos da lista por ele encabeçada, assim como à Comissão Eleitoral pelo modo como conduziu o processo. No seu entendimento, o facto de não existirem várias listas concorrentes conduz a uma diminuição da participação e denota a falta de proximidade dos estudantes ao Conselho. Referiu que os estudantes se sentem representados nos órgãos pela Associação Académica da Universidade do Minho (AAUM) e que a maioria desconhece o seu papel nos diferentes órgãos.

A Conselheira Paula Silva corroborou a intervenção anterior e mostrou preocupação com o reduzido número de votantes, sugerindo a concentração dos atos eleitorais para os diferentes órgãos ou, eventualmente, tornar a votação obrigatória.

O Reitor agradeceu à Comissão Eleitoral o trabalho realizado e felicitou os novos membros representantes dos estudantes. Manifestou satisfação pela naturalização do voto eletrónico, o qual assegura níveis de participação mais elevados, embora neste caso particular tivesse ficado aquém das expectativas. No seu entendimento, a baixa participação nestas eleições vem confirmar um sintoma generalizado que merece uma reflexão mais alargada dentro da Universidade, dado que são cada vez mais frequentes as situações em que, para as eleições nos órgãos das unidades orgânicas, não surgem candidatos afirmados como tal, contribuindo para que cada vez mais frequentemente as eleições sejam de natureza uninominal. Acresce ainda a este facto o aumento de pedidos apresentados por professores para serem dispensados da sua condição de elegíveis para o exercício de funções dentro de unidades orgânicas, centros de investigação e departamentos. Considerou que esta situação vem contrariar o necessário envolvimento ativo dos vários corpos na gestão e regulação da vida da instituição, previsto no Estatuto da Carreira Docente Universitária e nos Estatutos da UMinho, devendo ser feito um esforço de inversão desta tendência.

A Conselheira Maria Helena Guimarães agradeceu à Professora Maria de Lurdes Martins o sentido de serviço prestado à UMinho e ao Conselho no exercício das funções de Presidente da Comissão Eleitoral, e salientou os esforços realizados pela mesma no que respeita à utilização de todos os canais possíveis para comunicar à comunidade estudantil a importância desta eleição. Entendeu que deverá ser efetuada uma reflexão profunda, face ao número diminuto de votantes, 284 num universo de 19.130 eleitores, e, na qualidade de Presidente da Comissão Especializada de Educação, Investigação e Interação com a Sociedade (CE-EIIS), propôs a realização de um estudo com vista à identificação das causas de desmobilização dos estudantes e à apresentação de propostas tendentes a um maior interesse e participação ativa dos mesmos nos diferentes atos eleitorais.

Também o Conselheiro Ramón Villares se mostrou preocupado com a situação, entendendo que esta denota uma inatividade que pode significar que os estudantes não têm interesse em integrar o Conselho e/ou não se interessam pelas decisões que nele são tomadas. Sugeriu que fosse instituído um número mínimo de votos necessários para a eleição e alertou para a necessidade de se refletir sobre o modo como as universidades

estão a ser geridas sob o ponto de vista político. Relativamente à dificuldade em mobilizar candidatos para as atividades de gestão, disse tratar-se de uma dificuldade patente em todas as universidades europeias.

A Conselheira Maria José Casa-Nova felicitou os Estudantes eleitos, em particular o Conselheiro Nuno Reis pela sua reeleição, e considerou existir um défice de reflexão e aprofundamento da democracia participativa ao nível de todos os corpos da Universidade. No caso da mobilização dos professores para assumir cargos de gestão, considerou que esta ausência de mobilização se pode dever ao facto de os cargos de gestão serem muito pouco valorizados na avaliação docente. Salientou o papel que as Comissões Especializadas poderão ter ao realizar uma reflexão profunda, juntamente com a Reitoria e as próprias unidades orgânicas, de modo a definir estratégias que permitam um maior envolvimento dos estudantes nos processos eleitorais, fazendo com que eles sejam parte fundamental das decisões institucionais. Referiu ainda que seria importante os discentes terem informação sobre os órgãos de gestão e direção da Universidade, sua composição e finalidades, considerando que esta informação poderia ser prestada ao nível das UC ou de algumas UC em particular.

O Conselheiro Victor Soares entendeu tratar-se de um problema grave que carece de uma reflexão profunda do órgão e recordou que, no que respeita aos Trabalhadores Técnicos, Administrativos e de Gestão (TTAG), a participação nos diferentes atos eleitorais tem sido sempre muito expressiva, quase de 80%. Considerou que, para além das ações internas a desencadear, deverá também ser desencadeada uma revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), para que as universidades possam trabalhar em conjunto numa proposta que se traduza num funcionamento mais democrático e participativo.

Seguiu-se a intervenção da Conselheira Isabel Soares que partilhou as preocupações apresentadas e considerou que o resultado destas eleições reflete o insucesso da proximidade do Conselho à Comunidade Académica, na medida em que as pessoas não relevam a importância do órgão. Subscreeveu as propostas de que as Comissões Especializadas reflitam sobre este problema e possam delinear estratégias para a resolução do mesmo.

Tendo sido sugerido pelo Conselheiro José Teixeira a realização de uma auscultação aos estudantes sobre as causas que os conduzem à não participação nos atos eleitorais, o Conselheiro Nuno Reis afirmou ter já sido feito pela AAUM essa auscultação em diferentes fóruns, sendo as respostas mais frequentes a desmotivação face à existência de apenas uma lista candidata, o desconhecimento da realização dos atos eleitorais para os diferentes órgãos nos quais estão representados, bem como a multiplicidade de atos eleitorais.

Findo o debate, o Presidente referiu a necessidade de as Comissões Especializadas, em conjunto com o Reitor, desenvolverem ações no sentido de encontrar processos tendentes à resolução deste problema, de modo a que todos os corpos da Universidade participem com mais empenhamento em tudo o que é a vida académica.



3. Apreciação do Relatório da Provedora do Estudante

Foi realizada pela Provedora do Estudante (Provedora), Professora Paula Cristina Martins, a apresentação do relatório das atividades desenvolvidas pelo Gabinete do Provedor do Estudante (GPE) nos anos letivos de 2016/2017 e 2017/2018, na qual foram dadas a conhecer as diferentes queixas apresentadas pelos Estudantes ao longo dos dois anos letivos em análise e apresentado um conjunto de reflexões sobre os procedimentos a instituir na Universidade com vista a melhorar a comunicação com os Estudantes.

Transmitiu que a população estudantil que recorre ao GPE é muito reduzida, cerca de 1% do total de estudantes da UMinho, encontrando-se dentro dos padrões normais das instituições académicas, a qual deverá situar-se entre o 1% e os 3%.

Relativamente à caracterização dos estudantes, salientou o facto de serem em maior número os do 2º e 3º ciclo, situação que se deve à menor regulação destes ciclos de estudos, sendo as questões relacionadas com a dissertação/tese, assim como a supervisão, orientação, prazos de entrega e propinas, que mais casos registam. Referiu também o aumento de ocorrências provenientes de estudantes internacionais em fase de ingresso na UMinho, tendo o GPE procedido ao encaminhamento dos mesmos para os diferentes serviços e realizado as devidas articulações.

No que diz respeito à tipologia dos assuntos que conduzem os estudantes ao GPE, destacou em primeiro lugar os assuntos do foro académico, seguindo-se os do foro pedagógico. Afirmou que os primeiros estão relacionados com as políticas específicas da universidade, como por exemplo, a obrigatoriedade de pagamento de emolumentos, as prescrições, as dívidas de propinas e os prazos de inscrições. No que respeita aos assuntos pedagógicos, referiu as queixas relativas ao funcionamento das unidades curriculares, as orientações das teses, a não emissão de pautas em tempo útil e o não respeito pelo período que medeia o final das aulas e o início do período de exames. Referiu ainda que não há um grande número de queixas sobre praxes (2) e sinalizou a ocorrência de uma queixa sobre bullying, que apresentava uma gravidade preocupante.

Mencionou de seguida algumas questões transversais que deverão merecer uma reflexão séria. A primeira diz respeito à necessidade de os estudantes recorrerem ao GPE para obtenção de informação relevante para a sua atividade escolar. Entendeu que esse défice de informação tem a ver com a não vinculação dos mesmos às unidades orgânicas nas quais estão inseridos, apresentado como exemplo o desconhecimento da existência de um Diretor de Curso e de representantes dos estudantes no Conselho Pedagógico e no Conselho de Escola. Considerou existir um importante trabalho a desenvolver para garantir uma maior aproximação das UOEI aos estudantes, em particular no que aos Estudantes Trabalhadores e Estudantes em Tempo Parcial diz respeito. Chamou a atenção para a necessidade de a comunicação com os estudantes ser realizada através de canais formais devidamente instituídos, os quais não deverão ser, de forma alguma, substituídos pela multiplicidade de suporte informais atualmente utilizados, na sua maioria redes sociais. Mostrou grande preocupação em relação à elevada tolerância ao erro apresentada por alguns serviços da Universidade, assim como à indiferença burocrática perante as consequências que deles resultam para os estudantes.

Deu conhecimento ao Conselho que no acolhimento dos estudantes do ano letivo de 2018/2019 foi realizada uma ação de divulgação de informação do GPE a todas as turmas do 1.º ano, com o recurso a uma estagiária na área de mediação.

Concluiu a sua apresentação salientando a questão da competência pedagógica dos docentes, e chamou a atenção para o facto de existirem queixas sobre alguns docentes em particular que se repetem em vários anos letivos, por vezes queixas de turmas inteiras, não havendo qualquer consequência disciplinar para os docentes em causa.

O Presidente agradeceu a apresentação e questionou se as queixas recebidas no GPE são reportadas à entidade que é objeto de queixa, em concreto, no caso do docente, se é dado conhecimento à UOEI e se, há semelhança do que acontecia há cerca de 25 anos, há ainda estudantes deslocados das suas terras natais com manifestação de problemas psicológicos por dificuldades de inserção social. A Provedora respondeu que, sempre que um estudante o permite, o primeiro passo é de interação com a parte que é objeto da reclamação, no sentido de averiguar a verdade/interpretação dos factos, sendo esta interação sempre mediada pela Provedora. Relativamente à segunda questão, informou que, de facto, nos mandatos anteriores aos agora em análise, alguns estudantes apresentaram uma sintomatologia depressiva, tendo sido devidamente encaminhados para acompanhamento especializado, procedimento também efetuado no caso de bullying ocorrido.

O Conselheiro Nuno Reis agradeceu em nome da comunidade estudantil o trabalho realizado pela Professora Paula Cristina Martins nos seus mandatos, agradecimento que estendeu ao Dr. Rui Sofia, pelo apoio prestado aos estudantes que ao GPE se dirigiram. Considerou que o facto de 1,2% dos estudantes recorrer ao GPE é significativo do papel da existência desta figura em exclusivo para os Estudantes. De seguida, questionou se as situações reportadas pelos estudantes do 1º ciclo, relacionadas com problemas do foro da ação social, diziam respeito à falta de alojamento ou a outras causas, e se os contactos com o GPE para obtenção apenas de informação, se ficaram a dever ao mau funcionamento do Balcão Único ou apenas a canais de comunicação com os estudantes pouco eficientes. Em relação às atividades violentas de praxe e práticas de bullying, disse ser necessário que a sociedade civil e a academia se envolvam ativamente para discutirem o assunto e encontrarem formas de evitar essas situações. Mostrou ainda preocupação pelo facto de as queixas sobre os professores não terem qualquer reflexo nas respetivas carreiras e considerou importante saber se em outras universidades existem boas práticas de avaliação de professores com resultados tangíveis.

A Conselheira Maria José Costa, estudante do 3.º ciclo, entendeu que o facto de 1% dos estudantes terem necessidade de recorrer ao GPE é, por si só, preocupante e que este número deverá ser muito superior em termos de queixas que não chegam a ser formalizadas. Chamou a atenção para situações em que os estudantes não podem assistir às aulas porque estão em cuidados médicos, decorrentes de atividades de praxe ou bullying, situações para as quais as unidades orgânicas não apresentam qualquer solução.

Questionou ainda de que forma é que se podem solucionar as queixas sobre os docentes, dado que, mesmo nas situações em que os estudantes avaliam três vezes os docentes com insuficiente, os mesmos se mantêm no ativo, o que conduz à desmotivação dos estudantes para a realização das avaliações.

O Conselheiro Álvaro Sanromán parabenizou a Provedora pelo trabalho realizado, assim como pelo relatório apresentado ao Conselho, e questionou se foi sentida alguma diferença, quantitativa ou qualitativa, após as ações de intervenção realizadas junto dos estudantes no início do ano. Relativamente à não competência pedagógica dos docentes, perguntou se houve algum cruzamento com os dados das auditorias pedagógicas realizadas aos casos sinalizados.

A Conselheira Patrícia Jerónimo chamou a atenção para a dificuldade de comunicação com os alunos estrangeiros, apesar do investimento realizado na internacionalização. Disse ser a sua perceção de que a UMinho, em alguns aspetos, não está preparada para os acomodar. Referiu a falta de informação na língua inglesa correta, assim como a falta de sensibilidade intercultural e empatia para com esses estudantes por parte dos funcionários de alguns serviços. Sugeriu a realização de ações de formação para os funcionários, com vista a dotá-los de técnicas de comunicação e de competências que lhes permitam interagir com estes estudantes, que são cada vez mais em maior número.

Face à presença na sessão plenária da Provedora e do ex-Provedor, Professor António Paisana, o Conselheiro Victor Soares referiu a importância de estatutariamente estar consagrada a figura do Provedor do Estudante e de ela ter sido representada na UMinho com empenho e dedicação, de modo difícil, mas sempre proactivo, pragmático e discreto, envolvendo muitas vezes relacionamento e interação com outros órgãos e individualidades da universidade. Considerou que o trabalho realizado pelos dois Provedores contribuiu para a densificação da ideia da Universidade global, preocupada com os direitos e problemas das pessoas que constituem a Comunidade Académica, e de um modo muito particular dos seus estudantes.

A Conselheira Helena Guimarães agradeceu o trabalho e felicitou a apresentação realizada, a qual, no seu entender, permitiu ao Conselho tomar conhecimento de forma sintética e sistemática das matérias sobre as quais o GPE se tem vindo a debruçar. Fez referência ao conjunto de sugestões propostas pela Provedora e, dado que uma delas dizia respeito à elaboração de um Código de Conduta do Estudante, solicitou informação sobre o modo como este se articulará com o Código de Ética da UMinho. No que respeita ao bullying, alertou para a necessidade de trazer visibilidade a esta matéria, dado que a Universidade tem que estar bem atenta face às implicações graves que estes comportamentos poderão ter ao nível pessoal e institucional. Referiu que, na sua interação com instituições estrangeira congéneres, foi possível constatar que nelas existe uma disseminação profusa de informação e sensibilização sobre este fenómeno, existindo gabinetes específicos para o tratamento destes problemas. Face à importância desta temática, sugeriu que nas atividades da semana de acolhimento dos novos alunos fosse chamada a atenção para esta matéria e transmitida informação sobre quais os canais a usar para a obtenção de ajuda.

O Conselheiro João Rocha considerou pertinente que o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho acautele a questão do bullying, fenómeno que em outras instituições existe já em número preocupante, nomeadamente na área das artes, onde se assiste à destruição de trabalhos das vítimas, lesando-as nas avaliações. Referiu também a proliferação de fenómenos xenófobos em algumas instituições nacionais que não a UMinho, fenómenos esses decorrentes do aumento dos estudantes estrangeiros, devendo a UMinho ter maior preocupação com a integração destes estudantes no seio da academia.

Também a Conselheira Isabel Soares entendeu que o relatório apresentado constitui um instrumento útil de reflexão, na medida em que levanta os limites do constrangimento da ação do PE. Tendo em consideração que os problemas nele enunciados são do conhecimento geral, e ficou demonstrado o contacto realizado com outras estruturas da Universidade, colocando, naturalmente, em questão o trabalho dos serviços, UOEI e movimentos associativos, questionou de que forma é que o PE poderá, para além de ser um pivot mediador, contribuir de forma mais ativa para a solução destes problemas, em particular daqueles que suscitam maior preocupação.

A Conselheira Maria José Casa-Nova disse ter conhecimento que os estudantes reconhecem positivamente a atuação da Provedora e mostrou particular preocupação com as questões relacionadas com o impacto nos estudantes das práticas de bullying e praxes académicas. Considerou que a percentagem de estudantes atingidos possa ser superior à das queixas formalizadas, face à existência de sofrimento silencioso de quem não quer denunciar. Referiu que o facto de a praxe ter sido interdita no interior dos *campi* foi um sinal evidente de rejeição deste tipo de práticas por parte da UMinho, mas que também poderá ser vista como uma forma de desresponsabilização da Universidade, pelo que considerou importante fazer um trabalho de articulação entre a UMinho, a Câmara Municipal, as forças de segurança e outros organismos, com vista a dar mais atenção a estes acontecimentos e promover uma melhor atuação dado os alunos, fora da Universidade, continuarem a pertencer à mesma.

A Conselheira Graça Coelho referiu-se ao facto de nos últimos cinco anos terem sido registadas e tipificadas as 700 queixas recebidas, e questionou se em todas elas foi dado retorno aos estudantes sobre as queixas apresentadas, considerando que o afastamento dos estudantes nas questões académicas poderá ser consequência da falta de resposta e acompanhamento da sua situação após a apresentação da queixa. Chamou ainda a atenção para o facto de não serem visíveis os reflexos das queixas no funcionamento da instituição, o que poderá ter um efeito de desmotivação por parte da Comunidade Académica.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente conferiu a palavra à Provedora para dar resposta às questões suscitadas pelos Conselheiros.

A Provedora começou por informar que as queixas apresentadas do foro da ação social não estavam relacionadas com questões de alojamento, mas sim com a falta de meios de subsistência básicos.

Concretamente, com bolsas de estudantes oriundos dos PALOP que deixaram de ser pagas, colocando os estudantes em situação muito difícil de subsistência. Afirmou não existirem queixas sobre o funcionamento do Balcão Único, mas salientou que a proliferação de portais de informação e a falta de informação em língua inglesa têm consequências graves para os estudantes.

Explicou que, quando ocorrem queixas sobre o desempenho dos docentes, é verificado no SIGAC se a situação está sinalizada, o que raramente acontece, não havendo assim evidências objetivas. São também pedidas as pautas das unidades curriculares lecionadas por esse docente nos últimos três anos letivos, com vista a verificar o tipo de classificações neles ocorridas, assim como o índice de reprovações.

Relativamente ao bullying, considerou que este fenómeno se manifesta de forma mais explícita em universidades estrangeiras e que as mesmas possuem mecanismos preventivos muito claros, os quais não existem em Portugal, razão pela qual quer os docentes, quer os estudantes, não estão preparados para responder a estas situações.

Finalizou a sua intervenção dizendo ser a sua convicção de que a atuação do Provedor do Estudante é de difícil avaliação, sobretudo no que respeita à sua contribuição para a mudança organizacional. Afirmou que, no seu mandato em particular, a eficácia na resolução das situações foi elevada, mas considerou não ter existido o contributo para que essas situações se tenham convertido em mudanças estruturais na organização da Universidade. Reforçou ainda a importância da existência de um regulamento onde estejam definidos os procedimentos, os papéis, as responsabilidades e a tipificação daquilo que são condutas impróprias na UMinho.

O Reitor considerou que muitos dos erros ocorridos nos serviços/UOEl estão relacionados com o crescimento, a diversificação e a complexidade a que a Universidade foi sujeita nos últimos anos, não tendo havido a formalização/atualização de procedimentos de forma adequada. Entendeu que as situações de índole pedagógica deveriam estar sinalizadas no Regulamento de Avaliação dos Docentes, de modo a garantir uma efetiva preocupação com a qualidade do trabalho docente. Afirmou que os casos relatados são do conhecimento público e que a utilização do mecanismo de auditoria pedagógica na Universidade é escassa, quando este deveria ser o mecanismo natural de reconhecer os problemas e encontrar os mecanismos para a sua resolução. Salientou a importância da formação dos professores como meio de os dotar de competências pedagógicas e de os tornar mais capazes de reagir àquilo que são circunstâncias completamente novas, provenientes da chegada de novos públicos ao ensino superior.

No que concerne às queixas sobre as atividades de praxe e comportamentos de bullying, entendeu existir um número maior do que aquele que é expresso e sinais claros que devem induzir ação de natureza preventiva. Muito embora não tenham sido reportados até ao momento fenómenos de racismo ou xenofobia, considerou necessário impor medidas de natureza proactiva tendentes a evitar qualquer tipo de ocorrência. Concretamente sobre as atividades de praxe, mencionou que a UMinho assumiu um controle forte dentro dos campi e que há

um conjunto de iniciativas junto das forças de segurança para obviar manifestações que não dignifiquem a Universidade.

Por último, disse ser importante que a Comunidade Académica veja na figura do Provedor do Estudante não apenas uma pessoa para interpelar, mas também um elemento capaz de induzir transformação e adequação de práticas na organização da Universidade. Informou o Conselho que o Senado Académico deu parecer favorável à proposta do Regulamento Disciplinar dos Estudantes, a qual será submetida a consulta pública, e que este documento tipificará os deveres dos estudantes. A Conselheira Maria José Casa-Nova sugeriu que, em vez de Regulamento Disciplinar dos Estudantes, fosse utilizada uma designação que não remetesse para a palavra disciplina pelo carácter sancionador normalmente a esta associado, sugerindo, em alternativa, a designação Carta de Direitos Humanos.

Findas as intervenções, os Conselheiros apreciaram favoravelmente o Relatório apresentado ao Conselho e elogiaram a forma de atuação da Provedora do Estudante ao longo dos seus dois mandatos.

4. Outros Assuntos

Foi realizada pelo Conselheiro Victor Soares uma súmula dos aspetos essenciais debatidos no VI Encontro de Conselheiros Não Docentes e Não Investigadores, realizado na Universidade da Madeira (UMadeira) subordinado ao tema “Universidade e Ultraperiferia”, e no qual esteve presente. Informou que as intervenções do encontro ficaram a cargo do Reitor da UMadeira, Professor José Carmo, que fez uma exposição sumária do processo histórico da criação e desenvolvimento da Universidade, caracterizando-a sob o ponto de vista da sua oferta formativa. Foi salientado o impacto da UMadeira no desenvolvimento da Região Autónoma em termos culturais e socioeducativos e debatidos os problemas transversais a todas as universidades portuguesas. Houve também uma intervenção do Presidente do Conselho Geral e do Administrador da UMadeira, bem como do Doutor Alberto João Jardim.

Considerou que este e outros encontros contribuem para uma maior cooperação entre os conselheiros e ex-conselheiros e potenciam a reflexão interna, a recolha de informação, a troca de experiências e aquisição de conhecimentos. Informou que em 2020 o encontro será realizado no Instituto Politécnico de Leiria e sugeriu que em 2021 a UMinho acolha esta iniciativa.

Terminou a intervenção agradecendo ao Presidente do Conselho o apoio institucional concedido para a sua participação no encontro.

A Conselheira Sandra Paiva solicitou ao Reitor o ponto de situação sobre a implementação do Programa de Regularizações dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) na Universidade, e referiu que a demora no desfecho deste processo poderá, a curto prazo, criar ruturas em alguns serviços, em particular nos que prestam apoio aos projetos de investigação, dado que há colaboradores cujos contratos terminam no final do mês de junho. O Reitor informou que haviam sido remetidas à UMinho as atas das reuniões tidas com a Comissão Bipartida de Avaliação (CBA), e que, relativamente aos Trabalhadores Técnicos, Administrativos e

de Gestão, estas correspondiam à posição expressa pela UMinho, mas que, no que respeita aos Investigadores, no texto das atas não estava suficientemente acolhida a posição da UMinho manifestada nas reuniões. Fez saber que, a partir do momento em que todos os participantes nas reuniões com a CBA estejam em concordância com o teor das atas, restará apenas um despacho homologatório dos Ministros, aproximando-se assim o processo da sua finalização.

O Conselheiro Victor Soares solicitou informação sobre a existência de mecanismos com vista a acautelar as situações dos trabalhadores cujos contratos terminam em junho, tendo o Reitor informado que, a partir do momento em que foi reconhecida a existência da necessidade permanente desses trabalhadores, tinham sido acionadas todas as figuras jurídicas possíveis para os manter em funções.

Foi realizada uma pausa para o almoço, tendo sido retomados os trabalhos às 14h15m.

Assuntos de Iniciativa do Reitor

1. Informações

Foram prestadas pelo Reitor informações sobre os acontecimentos de maior relevo na Universidade, e na interação desta com outras instituições, desde a última reunião do Conselho. Referiu a instalação no centro de rede elétrica em Riba de Ave do supercomputador, cedido à Fundação para a Ciência e Tecnologia, e que irá servir de base à atividade do Minho Advanced Computing Centre e informou da realização da terceira sessão da Convenção Nacional do Ensino Superior, realizada na Universidade do Porto, subordinada ao tema “As Universidades e a valorização do Conhecimento”. Comunicou que nos dias 11 e 12 de abril tinha decorrido em Paris a conferência anual da Associação Europeia das Universidades, sobre a qual destacou a intervenção do Presidente da AAUM sobre o papel das universidades no desenvolvimento regional e a publicação de um estudo sobre o papel das mesmas na inovação dos ecossistemas regionais, em que um dos casos de estudo é a UMinho.

No mês de maio mencionou a visita de uma comitiva da UMinho à Universidade de S. Paulo, com vista ao aprofundamento das relações com essa instituição, a entrega de 220 bolsas de excelência, a tomada de posse do novo Presidente do Instituto de Educação, Professor Leandro da Silva Almeida, e a reunião do Consórcio UNorte, realizada na Reitoria da UMinho, e na qual participaram os Reitores e os Presidentes dos Conselhos Gerais das instituições que o constituem, assim como os elementos de uma comissão executiva nomeada pelo Consórcio, na qual a UMinho está representada pelo Professor António Cunha.

Referiu a produção pelo CRUP de um documento intitulado “*Para uma agenda política de promoção do ensino superior*”, o qual estabelece as bases nas quais este Conselho apresentará aos partidos políticos aquela que deverá ser a plataforma de entendimento de todas as universidades portuguesas acerca do futuro do ensino superior em Portugal. Este entendimento assentará em três tópicos principais: o alargamento do campo da ação social; formas de financiamento transparentes, que atendam aos desequilíbrios existentes no sistema e

promovam uma linha de financiamento competitivo para áreas como a internacionalização, e a criação de condições para o melhoramento da qualificação dos docentes.

Foi também feita referência ao Encontro Ciência 2019 e ao despacho orientador da Direção Geral do Ensino Superior, relativo à fixação das vagas para o acesso ao ensino superior no ano letivo de 2019/2020, no qual são consideradas 3 tipologias de instituições: as localizadas em regiões com menor procura e menor pressão demográfica (interior do país, Algarve, Açores e Madeira); as instituições localizadas em Lisboa e Porto; e o conjunto de instituições localizadas em regiões com maior pressão demográfica fora de Lisboa e Porto (UMinho, UCoimbra, UAveiro, IPCA, IPSetúbal, IPLeiria, IPCoimbra e a ESEnfermagem de Coimbra). Informou ainda que este despacho contém complexos índices relacionados com a procura e a excelência dos candidatos, pelo que cursos que consigam recrutar estudantes com média igual ou superior a 17 valores na primeira fase, e em primeira opção, poderão ver aumentado o seu número de vagas.

Finda a apresentação, a Conselheira Helena Guimarães solicitou ao Reitor a indicação da previsão do início do processo de elaboração do Plano Estratégico da UMinho para 2020, dado que algumas unidades orgânicas gostariam de começar a fazer uma reflexão sobre esta matéria e necessitam do enquadramento geral da UMinho. Questionou também se já é conhecido o relatório final da avaliação institucional. O Reitor respondeu que, relativamente ao Plano Estratégico da UMinho, o processo será desencadeado após o período de férias de verão e que, no que respeita à avaliação institucional, os resultados não foram ainda remetidos à UMinho.

2. Conselho de Ética: substituição de membros

Face à assunção de responsabilidades institucionais, incompatíveis com o exercício de funções no âmbito do Conselho de Ética, pelos Professores Mário Miguel Machado Osório Gonçalves e Manuel Joaquim Silva Pinto, foi apresentada pelo Reitor a proposta da sua substituição pelos Professores Emanuel Pedro Viana Barbas Albuquerque, Professor Associado da Escola de Psicologia, e Maria Helena Costa Carvalho Sousa, Professora Catedrática do Instituto de Ciências Sociais.

Após a análise das respetivas notas biográficas, o Conselho deliberou, por unanimidade, designar os Professores Emanuel Pedro Viana Barbas Albuquerque e Maria Helena Costa Carvalho Sousa como membros do Conselho de Ética da Universidade do Minho, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 72.º dos Estatutos da Universidade do Minho.

3. Relatório de Atividades da UMinho 2018

4. Relatório de Contas Consolidadas da UMinho 2018

Foi solicitado pelo Conselheiro Nuno Reis para que a apresentação do Relatório de Atividades e do Relatório de Contas Anuais Consolidadas da UMinho fosse realizada em simultâneo, de modo a permitir uma melhor articulação dos dois documentos. Este pedido mereceu a aceitação de todos os presentes.

Estes pontos da agenda tiveram início com uma introdução e um resumo dos principais elementos presentes no Relatório de Atividades da UMinho e Relatório de Contas Anuais Consolidadas da UMinho, referentes ao ano de 2018, os quais foram previamente distribuídos aos membros do Conselho. A introdução e o enquadramento do Relatório de Atividades da UMinho 2018 foi realizada pelo Reitor, tendo ficado a cargo do Administrador da UMinho, Professor Carlos Menezes, a apresentação do Relatório das Contas Anuais Consolidadas do exercício de 2018, durante a qual foi efetuada a análise económica e financeira consolidada da UMinho para o ano em apreço.

O Reitor referiu que o relatório em apreciação toma em consideração a estrutura dos documentos relativos ao Plano de Ação para o Quadriénio 2017/2021, assim como o Plano de Atividades para o mesmo período, aprovados pelo Conselho no início do seu mandato.

Ao nível da organização da Universidade, destacou como principais atividades a adequação do quadro estatutário, com a entrada em funcionamento de um conjunto de órgãos previstos na última revisão dos Estatutos da UMinho, designadamente, o Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos (I3Bs), o Conselho de Presidentes das UOEL, o Conselho de Ética e a Provedoria Institucional.

No campo da educação, evidenciou o aumento do número de estudantes de grau e a abertura das licenciaturas em Artes Visuais e Proteção Civil e Gestão do Território, ambas ministradas no Campus de Azurém. Fez também referência ao Programa de Formação Pedagógica dos docentes, que teve um grande impulso em 2018, quer através de iniciativas de formação, quer por via de eventos de natureza académica. Referiu também os primeiros resultados do Observatório de Percursos Académicos, que permitirão conhecer cada vez melhor os estudantes.

Na área da investigação, fez referência ao facto de a avaliação dos centros de investigação ter tido início em 2018 e estar ainda a decorrer no presente ano, e salientou a aprovação de 260 novos projetos, com investimento de 43,5 M€, a execução em curso de 550 projetos, cujo financiamento global é de 153M€, as publicações de mais de 1865 artigos em revista, 457 artigos em atas e conferências e 124 capítulos de livros (ISI/SCOPUS).

Relativamente à interação com a sociedade, mencionou os projetos em colaboração com empresas, em particular o protocolo UMinho-Bosch; os projetos de ação cultural; a intensificação da interação com as autarquias, em particular onde a UMinho está sediada, e a consolidação da rede de Casas de Conhecimento. Destacou de seguida a participação da UMinho em diversos laboratórios colaborativos – 21 propostas aprovadas e novos projetos em desenvolvimento, e recordou que a UMinho assegura a coordenação de dois desses laboratórios colaborativos e é responsável pela colaboração científica de um outro.

No âmbito da internacionalização, realçou o facto de a UMinho ter mais de 2000 estudantes estrangeiros inscritos em cursos referentes de grau, provenientes de 80 países, e ser a instituição portuguesa com mais financiamento captado no âmbito da Ação Chave do Programa Erasmus+ (mobilidade). Considerou também importante o incremento da mobilidade dos Trabalhadores Técnicos, Administrativos e de Gestão (8%) e a parceria estratégica estabelecida com a Universidade de São Paulo.

Sobre a qualidade institucional, referiu a conclusão do processo de avaliação dos docentes; a revisão do SIGAC, estando em curso a preparação da sua reacreditação, e a adoção interna do Regime Geral de Proteção de Dados.

No plano da qualidade de vida nos campi e infraestruturas, informou que foi dado início ao estudo de desenvolvimento do polo de Gualtar e realizadas várias intervenções no edificado, com vista ao melhoramento das condições da atividade no campus. Fez também referência às intervenções levadas a cabo no âmbito da Higiene e Segurança no Trabalho e transmitiu que, até às férias do verão, deverá ser colocado em discussão pública o projeto sobre o espaço exterior do campus de Azurém, realizado pelo Centro de Estudos da Escola de Arquitetura.

A finalizar a apresentação do Relatório de Atividades, expôs alguns dos principais indicadores que detalham as menções anteriores, e mostrou satisfação pelo facto de a UMinho ter sido bem-sucedida nas opções tomadas ao nível da oferta educativa (graduação e pós-graduação), assim como por continuar a afirmar-se como uma universidade de investigação e investir cada vez na internacionalização. Considerou que, no decurso da sua atividade, a Universidade velou pela qualidade organizacional e pelo bem-estar e qualidade dos seus membros e que a sua existência se justifica pela natureza dos contributos que for capaz de dar para a valorização das pessoas, dos territórios e do país, assim como para o avanço científico.

Relativamente ao Relatório de Contas, recordou que em 2018 havia ocorrido a transição de Administrador e que daí resultaram alterações na Direção Financeira e Patrimonial, as quais obrigaram a um esforço assinalável de mudança de referências no modo como as questões financeiras passaram a ser consideradas. Afirmou que estas mudanças assentam em três princípios fundamentais, sendo o primeiro a procura da máxima qualidade nas contas e a sua adequação aquilo que são os referenciais aplicáveis, daí a adoção do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP). Em segundo lugar, a garantia da máxima transparência nas contas da instituição, o que significa que todas as entidades do universo UMinho devem ser consideradas, daí o alargamento ao Instituto Confúcio e à Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva. Por último, reforçar as condições de fiscalização, de modo a ficar clara a diferença entre quem prepara as contas e quem procede à sua fiscalização (Administração da UMinho vs Fiscal Único).

Informou da disponibilidade demonstrada pelo Administrador da UMinho para prestar esclarecimentos durante a atividade da Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros (CE-GAIAF), o que se revelou não ser necessário, mas que todas as recomendações presentes no memorando da Comissão seriam por ele comentadas.

Após a intervenção do Reitor, foi conferida a palavra ao Administrador da UMinho.

O Administrador da UMinho fez referência ao facto de apenas ser responsável pela execução de despesa no período de setembro a dezembro de 2018, período esse marcado por significativas dificuldades e vicissitudes que ditaram um grande esforço orçamental. Referiu também que a adoção do SNC-AP se tinha revelado um

processo bastante complexo, dada a escassez de recursos humanos e a necessidade de serem corrigidos vários erros.

Informou que o relatório está focado na justificação e análise comparada da informação financeira contida nos mapas de prestação de contas para o setor público, designadamente, o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração das alterações no património líquido, o anexo às demonstrações financeiras e as demonstrações orçamentais.

Salientou o facto de as contas de 2018 refletirem o cumprimento do princípio contabilístico do regime do acréscimo e das demonstrações financeiras constantes das contas individuais e consolidadas terem sido objeto de fiscalização e certificação legal através do parecer do Fiscal Único, o qual só poderá ser contestado em Tribunal.

Salientou o aumento da contratação de recursos humanos, essencialmente decorrente da aplicação do regime legal de contratação de doutorados, da qual resultou a abertura de 144 procedimentos concursais para investigadores, no âmbito do concurso estímulo ao emprego científico. Referiu de seguida a execução do orçamento por rubrica e caracterizou a receita apresentando a dotação do orçamento de estado, o valor arrecadado por via do pagamento de propinas e as transferências, maioritariamente associadas a projetos de I&D. Fez também a apresentação das rubricas correspondentes à despesa, com especial ênfase no valor respeitante ao pagamento das valorizações remuneratórias dos docentes e TTAG e a contratação de TTAG e investigadores.

Realizou uma análise comparativa dos vários indicadores financeiros nos exercícios de 2017 e 2018 e, no que respeita ao desempenho financeiro, informou que a UMinho obteve um resultado líquido do período negativo, na ordem dos 2.442.699 €, tendo-se verificado uma variação positiva face ao ano anterior no montante de 289.013€. Ao nível do fluxo de caixa, chamou a atenção para o facto de a receita obtida no final de 2018 se destinar a projetos de investigação, tratando-se assim de receita consignada.

Por último, informou que a certificação legal de contas emitida pelo Fiscal Único tem uma ênfase na comparabilidade e faz uma reserva, relativa à necessidade de a UMinho ter de implementar um sistema de contabilidade analítica.

Ao nível das Contas Consolidadas, salientou a inclusão, pela primeira vez, dos dados do Instituto Confúcio e da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, nos quais a UMinho tem uma participação de 50% em cada uma delas. Apresentou de seguida, e de forma detalhada, a demonstração dos resultados consolidados da UMinho, assim como a das entidades a ela associadas e por ela controladas.

Finda a apresentação, o Presidente informou que os documentos em análise foram também objeto de apreciação favorável pela Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros (CE-GAIAF), que sobre eles elaborou um memorando, o qual ficará apenso à presente ata (anexo III), e da emissão de um parecer favorável dos Membros Externos do Conselho.

Conferiu a palavra ao Conselheiro Paulo Pereira para, em representação da CE-GAIAF, comentar a análise por ela realizada.

O Conselheiro Paulo Pereira agradeceu a apresentação realizada pelo Reitor e pelo Administrador da UMinho e informou os presentes que a CE-GAIAF tinha sido apoiada na análise dos relatórios pela Prof.ª Doutora Lúcia Rodrigues, docente da Escola de Economia e Gestão e ex-conselheira, e a quem dirigiu um agradecimento especial, ajuda essa que esteve na base da elaboração do memorando. Elogiou a adoção do SNC-AP pela UMinho, bem como a transparência da documentação apresentada e referiu que, sendo a primeira vez que o SNC-AP é implementado, é compreensível que haja necessidade de proceder a melhorias, quer no documento, quer em procedimentos futuros. Solicitou que, na medida do possível, as recomendações da CE-GAIAF possam vir a ser atendidas, bem como a correção de gralhas, evitando assim que o documento seja tornado público com as mesmas.

Por último, solicitou ao Reitor e ao Administrador da UMinho para que no futuro estes documentos possam ser disponibilizados com devida antecedência ao Conselho, para que sua análise possa ser realizada com atenção e profundidade.

Face à diminuta informação constante no relatório sobre a atividade desenvolvida pelo Gabinete para a Inclusão (GPI), o Conselheiro Nuno Reis solicitou informação sobre qual o investimento previsto pela UMinho neste domínio, dado que têm sido endereçadas várias solicitações a outros serviços da UMinho, e à própria AAUM, por parte de alunos portadores de deficiências motoras, para as quais, no seu entender, não tem dado sido dada resposta através do GPI.

Mencionou de seguida o Plano Nacional de Alojamento, e considerou que, apesar dos esforços conjuntos da UMinho, dos Serviços de Ação Social e da AAUM, continuam a não existir resultados concretos a apresentar no próximo ano letivo, tendo questionado o Reitor sobre o ponto de situação da construção das residências.

No que se refere à interação com a Sociedade, considerou existirem dois projetos muito importantes, a criação da rede ALUMNI e o Fundraising, por entender que estes poderão ser uma alternativa ao investimento em projetos da UMinho. Considerou que a rede ALUMNI é muito baixa (5600 inscritos num universo de 75000) e sugeriu a realização programas regulares de encontros ALUMNI mais alargados, eventualmente, em cidades estrangeiras com presença de ex-estudantes. Defendeu também a existência de uma maior articulação das atividades ALUMNI com o Conselho Cultural da UMinho, a AAUM e a Vice-reitoria com o pelouro da interação com a sociedade. Relativamente ao Fundraising, fez referência ao facto de não existir nos relatórios nenhum registo que permita entender o trabalho desenvolvido, os valores arrecadados e a dotação dos projetos desenvolvidos. Chamou a atenção para o facto de o Fundraising poder também contribuir para a ação social escolar e não se confinar a iniciativas de investimento cultural e científico. Por último chamou a atenção para a necessidade de se refletir sobre o financiamento da Universidade, dado que esta tem uma dependência financeira muito significativa de outras entidades, podendo isso condicionar a autonomia administrativa e a

execução orçamental da instituição, entendendo que, também aqui, o Fundraising poderá ter um papel importante no aumento de projetos de cooperação com as empresas e a sociedade.

A Conselheira Ana Serrano apreciou positivamente os documentos e pediu esclarecimentos sobre o facto de os projetos ERASMUS PLUS, Ação Chave 2, não serem considerados nos relatórios, por entender que os mesmos são significativos para a UMinho e não se vê essa relevância expressa nos documentos em apreciação.

A Conselheira Maria Helena Guimarães agradeceu as apresentações, em particular a realizada pelo Administrador da UMinho, pela forma simplificada com que o fez e as notas de contextualização que tornaram a leitura do Relatório de Contas mais inteligível. Relativamente ao Relatório de Atividades, recordou o pedido do Conselho para que este fosse elaborado e formatado com base no Plano de Ação para o Quadriénio 2017/2021 aprovado pelo Conselho, de modo a permitir uma melhor avaliação do grau de cumprimentos das diferentes metas, em consonância com o projeto em desenvolvimento sobre a monitorização do plano de ação do Reitor. Face ao excedente verificado nas contas da UMinho, solicitou informação sobre a previsão para o descongelamento das verbas remanescentes, dada a expectativa de começar a utilizar estas verbas, tão necessárias para a atividade de investigação.

A Conselheira Maria José Casa-Nova referiu também o GPI, considerando que este gabinete parece estar muito vocacionado para o apoio a estudantes portadores de deficiência, e perguntou se não faria sentido alargar a sua atuação, de modo a que este pudesse englobar também os alunos deslocados, os alunos estrangeiros e, eventualmente, alunos vítimas de situações de praxes e bullying. Ainda no âmbito da atuação do GPI, pediu para que fosse explicado em que consistem os planos individuais de apoio.

Em relação à interação com a sociedade, disse entender que os projetos nas áreas tecnológicas contribuem mais para a Universidade sob o ponto de vista financeiro, mas que gostaria de ver de uma forma mais expressiva no relatório de atividades a interação com a sociedade realizada pelas UOEI, nomeadamente, o apoio a escolas e a organizações governamentais. Mencionou ainda que o relatório deveria fazer também uma análise prospetiva e referir as dificuldades e os desafios que a UMinho enfrenta.

O Conselheiro Victor Soares agradeceu a forma simples como foram apresentados os relatórios e solicitou informação sobre a previsão para a aprovação do novo Regulamento Orgânico de Unidades e Serviços nos órgãos competentes. Manifestou preocupação com a morosidade do processo de análise dos pedidos de mobilidade intercarreiras e categorias, e referiu o facto de os serviços centrais terem realizado contratações de trabalhadores externos podendo, eventualmente, existir trabalhadores candidatos à mobilidade interna competentes para o exercício dessas funções. Considerou ainda escassa a verba atribuída – 50 000 euros – para um número de candidatos superior a 80, pelo que apenas entre 10 a 15 trabalhadores poderão vir a ser abrangidos. Relativamente ao regulamento dos dirigentes, fez referência à adoção de dualidade de regimes entre o universo de dirigentes intermédios, e questionou a inclusão no mesmo da limitação de mandatos, dado que a atual lei geral já prevê a possibilidade de fazer cessar as relações de trabalho com o pessoal dirigente.

A Conselheira Graça Coelho parabenizou o Administrador pelo trabalho realizado na transição do Plano Oficial de Contas para o SNCAP, mas mostrou preocupação com os resultados líquidos de 2017 e 2018, assim como os resultados transitados, e perguntou qual a perspetiva de evolução desses resultados, sendo que, no seu entender, só vê a alternativa de criação de novas fontes de receita.

A Conselheira Maria José Costa considerou ser necessário existir mais comunicação entre os diferentes serviços, de modo a facilitar a interação entre estes e os estudantes e, na qualidade de investigadora, pediu para que fossem melhorados as condições de trabalho e os espaços atribuídos às diferentes atividades de investigação, assim como um maior reconhecimento do trabalho realizado.

O Conselheiro José Teixeira chamou a atenção para a necessidade de a UMinho ter planos de ação para condicionar a vida nos campi no sentido de adotar comportamentos sustentáveis. Mencionou também a importância de delinear, em parceria com as autarquias, planos de retenção dos estudantes após a conclusão dos cursos, isto é, criar as condições de atratividade que os fixe na região. Questionou o Administrador da UMinho sobre se as questões de contencioso são em número significativo.

A Conselheira Sandra Paiva disse ser preocupação da Academia a não celeridade de alguns processos de gestão, como por exemplo, os atrasos nos pagamentos de despesas no âmbito de projetos e nas contratações de investigadores, os quais comprometem a apresentação do primeiro pedido de pagamento à FCT. Questionou quais os mecanismos que estão previstos para ultrapassar e agilizar esses mesmos processos, de modo a que no futuro possa ler-se nestes relatórios a eficiência dos mesmos.

Terminadas as intervenções dos Conselheiros, o Presidente deu a palavra ao Administrador da UMinho e ao Reitor para resposta às questões.

Em resposta às questões que lhe foram colocadas, o Administrador da UMinho informou que a comissão de análise dos pedidos de mobilidade intercarreiras e categorias reunirá ainda antes das férias do verão e que as provisões contantes no Relatório de Contas dizem respeito a um número considerável de ações em tribunal, a maioria delas referentes a situações de progressão na carreira docente. Referiu ainda a sua grande preocupação com os resultados transitados apresentados, considerando haver necessidade de controlar muito bem a despesa e de acrescentar valor.

Respondeu de seguida a todos pontos do memorando da CE-GAIAF, podendo as respostas serem consultadas no documento anexo à presente ata (anexo IV). O Conselheiro Paulo Pereira, em representação da CE-GAIAF, agradeceu o facto de o Administrador da UMinho ter analisado com detalhe o memorando produzido pela comissão e enfatizou o ganho para a instituição do trabalho conjunto.

O Reitor informou ter sido sua a decisão de abandonar o modelo dos relatórios de atividades dos anos anteriores, os quais se caracterizavam pela justaposição de vários relatórios produzidos por unidades e serviços, e elaborar um documento mais sucinto e mais legível, que releve o que de mais significativo aconteceu, em

articulação com os restantes resultados produzidos, dando assim a conhecer a verdadeira extensão da atividade da Universidade. Explicou ser esta a razão pela qual não foram listados todos os projetos ERASMUS+ em que a Universidade está envolvida, mas apenas dada ênfase aos mais relevantes para a atividade de internacionalização da Universidade. Referiu também não lhe parecer que o relatório releve as grandes interações com as empresas em detrimento de outro tipo de iniciativas de interação com a sociedade, tendo havido um equilíbrio nas menções realizadas aos 3 eixos nos quais ela se materializa.

Disse ser o seu entendimento que ao relatório de atividades não cabe o exercício de natureza prospetiva, na medida em que este é aferido do plano de atividades aprovado, e que o mesmo não deve ser confundido com os documentos que irão resultar do projeto de avaliação dos níveis de consecução dos planos de atividade, na medida em que esses documentos serão muito mais específicos. Ainda em relação ao projeto de monitorização do plano de ação, referiu que a equipa do projeto reuniu com ele e com os elementos da equipa reitoral e produziu alguns documentos que aguardam a sua validação.

Relativamente à revisão do Regulamento Orgânico de Unidades e Serviços, informou que nele serão introduzidas alterações significativas e irão afetar a configuração e atribuições atuais de algumas unidades e serviços, como será o caso do GPI, razão pela qual entende não fazer sentido efetuar neste momento nomeações de responsáveis de serviços.

Lamentou a escassez de informação sobre o PNA, muito embora esteja em contacto permanente com as autarquias envolvidas e a Tutela, e o trabalho que competia à UMinho ter sido concluído, e recordou que o PNA resultou da pressão exercida pelas Associações Académicas e pelo CRUP, que fez chegar à tutela as suas preocupações.

Concordou com necessidade de a Universidade reforçar a atividade na área do Fundraising, embora existam resultados efetivos, como por exemplo, o Projeto P5 e a Casa de Sarmento que estão a ser desenvolvidos com apoio mecenático.

Informou o Conselho que as verbas remanescentes resultam do lucro dos projetos, sendo o entendimento do Conselho de Gestão que estas devem ser percecionadas como um estímulo importante ao envolvimento dos professores e investigadores em projetos que se possam traduzir também em mais valias para a própria Universidade. Entendeu a importância das mesmas para a atividade de investigação, razão pela qual serão, oportunamente, publicadas regras de utilização das verbas remanescentes, cujo valor disse desconhecer.

No que respeita ao Regulamento dos Dirigentes, transmitiu que a sua aprovação seguiu a tramitação legal exigida e esclareceu que a introdução da regra de limitação dos mandatos se ficou a dever ao entendimento de que não é bom para os trabalhadores da UMinho, no que respeita à motivação, que as posições de direção se mantenham de forma mais ou menos indefinida.

Concordou com as preocupações da Conselheira Maria José Costa e, no que respeita à falta de comunicação entre os diversos serviços, e informou que o novo regulamento orgânico imputará às direções o exercício de comunicarem entre eles. Disse ter existido uma enorme dificuldade por parte da Universidade em se adaptar aos novos públicos, particularmente aos estudantes estrangeiros, daí a criação do Gabinete de Apoio ao

Estudante estrangeiro. Relativamente às condições de trabalho dos investigadores, referiu que as instituições não têm atualmente nenhuma linha de financiamento para a manutenção do seu edificado, sendo grande o esforço financeiro realizado pelas instituições para procederem à reparação dos seus edifícios.

Subscreveu a menção do Conselheiro José Teixeira sobre a necessidade de existir no relatório uma referência à agenda ecológica, e concordou com a necessidade de serem criadas condições para a fixação dos estudantes, o que implicará um elevado grau de entrosamento entre autarquias, Universidade, empresas e organizações de várias naturezas, que é difícil de conseguir. Em resposta à Conselheira Sandra Paiva, disse ser absoluta prioridade para os serviços da universidade a atividade relacionada com o financiamento de projetos e, no que respeita à contratação de investigadores, recordou que a universidade atravessa um quadro de transição de contratação de bolseiros para a contratação de investigadores, o que supõe um quadro de relação laboral distinto e que requer muita atenção às novas figuras jurídicas contratuais, o que introduz morosidade nos processos. No que diz respeito ao emprego institucional, disse ter já pedido à FCT para que fosse reconsiderada a alocação que tinha sido feita dos investigadores atribuídos à UMinho em função da área científica, do tipo de vínculo, mas que ainda não tinha obtido resposta. Disse ainda estar já sanada a questão da não transferência da FCT referente à verba investida pela UMinho na contratação, pelo que foi já dada indicação às unidades de a qualquer momento poderá avançar a contratação. Em relação ao mecanismo de agilização dos processos, disse existir a noção clara de que há processos que não têm os lugares de decisão devidamente definidos, o que os torna demasiado longos e entendeu que o Sistema Interno de Qualidade terá um papel preponderante na redefinição de circuitos com vista a torná-los mais céleres.

Findo o debate, e ao abrigo do disposto nas alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho, o Presidente colocou os documentos à votação tendo sido obtido o seguinte resultado:

- Apreciado favoravelmente, por unanimidade, o Relatório de Atividades da UMinho 2018;
- Aprovado, por unanimidade, o Relatório de Contas Anuais Consolidadas da UMinho 2018.

5. e 6. Relatório de Atividades e de Contas dos SASUM 2018

O Administrador dos Serviços de Ação Social (Administrador SAUM), Professor António Paisana, expôs sucintamente o Relatório de Atividades e Contas do ano de 2018 referindo-se à estrutura organizacional dos serviços, à caracterização dos seus recursos humanos e às suas diferentes áreas de atuação, evidenciado os principais indicadores financeiros do exercício em análise.

Referiu o facto de em 2018 ter ocorrido a transição da administração dos serviços, o que conduziu à definição de novas linhas estratégicas e à revisão dos Estatutos e do Regulamento Orgânico dos Serviços. Caracterizou os recursos humanos existentes e chamou a atenção para o aumento dos custos com pessoal em 10,61%, decorrentes da regularização dos vínculos precários e do descongelamento das carreiras. No âmbito das infraestruturas, informou que os SASUM têm a cargo a gestão de 16 edifícios, nos quais estão sediadas as unidades de serviços e armazéns, e 4 complexos de residências universitárias, com a capacidade total de

alojamento de 1399 camas. Elencou de forma detalhada as atividades levadas a cabo por cada departamento/serviço e, a nível estratégico, salientou o maior alinhamento e integração com a estratégia da reitoria, o reforço das sinergias com as UOEI, bem como as parcerias desenvolvidas com o Consórcio UNorte (projeto SAMA) e outras instituições no âmbito da sustentabilidade.

No que respeita ao relatório de contas, deu a conhecer os principais indicadores financeiros, designadamente, a evolução da receita; a distribuição das despesas por fonte de financiamento; a análise orçamental por fluxos de caixa, as demonstrações de resultados e a análise patrimonial.

Finalizou a sua apresentação referindo que em 2018 foi garantida a transição para o referencial normativo ISSO 9001:2015 do Sistema de Garantia da Qualidade e mantida a certificação do Sistema de Gestão de Segurança Alimentar pelo referencial normativo ISSO 22000:2005.

Seguiu-se o debate, no qual foi enaltecida por vários Conselheiros a gestão dos SASUM ao longo dos anos, e debatidos vários constrangimentos com os quais os serviços se deparam, com especial destaque para a questão do alojamento.

O Conselheiro Nuno Reis salientou a gestão positiva da Administração da UMinho e da Administração dos SASUM, na medida em que têm feito um grande esforço no âmbito da sustentabilidade da Universidade. No entanto, mostrou preocupação pelo facto de serem apresentados dados que fazem prever a possibilidade de virem a ser aumentados os preços das senhas da cantina e do alojamento. Considerou também preocupante o facto de apenas 62% dos estudantes bolseiros ocuparem lugares nas residências universitárias, e recordou os atrasos ocorridos no ano letivo em curso na atribuição e pagamento das bolsas, fator imputado unicamente à DGES, questionando se a UMinho está já a tomar medidas para evitar a ocorrência dos mesmos atrasos no próximo ano letivo.

O Administrador dos SASUM chamou a atenção para o facto de a UMinho ser uma das instituições que menor preço das senhas pratica e recordou que o fenómeno da falta de alojamento é muito recente, desde há cinco anos a esta parte, considerando que a principal causa está relacionada com a pouca rotatividade dos estudantes nas residências académicas, dado que estes tendem a permanecer nas mesmas durante toda a duração do curso.

O Reitor agradeceu ao Administrador dos SASUM o trabalho que tem vindo a desenvolver e elogiou, em particular, a forma como foi realizada a transição da anterior administração para a atual. Salientou o facto de o orçamento da UMinho ser muito exigente para com estes serviços, sob o ponto de vista de arrecadação de receita, e alertou para as despesas decorrentes da integração dos trabalhadores precários, cujas transferências devidas pelas Estado não foram ainda concretizadas.

O Presidente colocou de seguida à votação o Relatório de Atividades e o Relatório de Contas dos SASUM, relativos ao ano de 2018, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade, no uso das competências previstas nas alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho.

7. Alteração da designação do Núcleo de Investigação em Políticas Económicas da Escola de Economia e Gestão

O Reitor contextualizou a solicitação apresentada ao Conselho, informando que a mesma resulta da criação, em 2016, de uma nova linha de investigação em Gestão e Finanças e da integração de vários investigadores no Núcleo de Investigação em Políticas Económicas que desenvolvem a sua investigação nestas áreas, tendo assim sido considerado oportuno alargar a designação do núcleo no sentido abranger outras áreas científicas da Escola de Economia e Gestão.

No exercício da competência prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho, foi colocada à votação a alteração da designação do “Núcleo de Investigação em Políticas Económicas” para “Núcleo de Investigação em Políticas Económicas e Empresariais”, mantendo o acrónimo NIPE, a qual foi aprovada por unanimidade.

8. Participação da UMinho na Associação CRUSOE - Conferência de Reitores das Universidades do Sudoeste Europeu

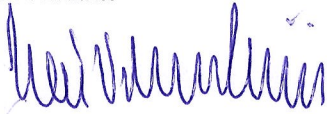
O Reitor apresentou os elementos de enquadramento da proposta de participação da UMinho na Associação CRUSOE - Conferência de Reitores das Universidades do Sudoeste Europeu, salientando que a mesma possibilitará a formalização da atividade desenvolvida pela rede de universidades públicas que a constituem, muito particularmente no que respeita à promoção de atividade de investigação conjunta, à partilha do potencial académico e à conceção e desenvolvimento de projetos colaborativos. Referiu como característica particular desta associação, o facto de esta ser a única rede de universidades na Europa com canais preferenciais de ligação com os governos regionais, o que abrirá novas possibilidades de intervenção em diferentes projetos.

Após a apresentação do Reitor, a Conselheira Maria José Casa-Nova pediu a palavra, indagando sobre o financiamento da participação da UMinho na Associação CRUSOE dado Portugal não ter Governos Regionais e as Universidades Espanholas que fazem parte da Associação serem financiadas pelos respetivos Governos Regionais, questionando ainda se seria através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. O Reitor respondeu afirmativamente, acrescentado que o apoio financeiro seria realizado projeto a projeto.

Foi posta à votação a participação da UMinho na Associação CRUSOE - Conferência de Reitores das Universidades do Sudoeste Europeu, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho.

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram declarados findos pelas 18h20m, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária.

O Presidente



A Secretária



Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Reunião Plenária n.º 03/2019
17/06/2019

Nome	Rubrica
Álvaro Iriarte Sanromán	
Ana Maria da Silva Pereira Henriques Serrano	
Diamantino Manuel Ínsua Pereira	
Eugénio Manuel de Faria Campos Ferreira	
Isabel Maria Costa Soares	
João Manuel Nogueira Rocha	
José Gonçalves Teixeira	
Luís Alfredo Martins Amaral	
Luís Francisco Valente de Oliveira	
Manuel Carvalho da Silva	
Maria da Graça Oliveira da Cunha Coelho	
Maria Helena Almeida Silva Guimarães	
Maria José Arantes Costa	
Maria José Manso Casa-Nova	
Nuno Henrique Vieira Reis	
Óscar Filipe Coelho Neves Gonçalves	
Patrícia Penélope Mendes Jerónimo Vink	
Paula Araújo Pereira da Silva	
Paulo António Alves Pereira	
Ramón Villares	
Rui Jorge Machado Oliveira	
Sandra Cristina Almeida Paiva	
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	

Declaração anexa à ata da reunião do Plenário do Conselho Geral de 17.06.2019***Aprovação da ata n.º 2/2019, referente à reunião do dia 25.03.2019***

Na reunião do Plenário do Conselho Geral de 25 de março de 2019 fiz referência à omissão, no e-mail que sob a designação genérica de *Universidade em Notícia* é enviado com regularidade para a Academia, da notícia da entrevista dada ao jornal *Correio do Minho* em 9 de fevereiro do corrente ano pelo Presidente da Escola de Engenharia, por ocasião da celebração do 44º aniversário da Escola e da realização da “Semana da Engenharia”.

Nessa reunião, o Senhor Reitor esclareceu que a referida entrevista foi divulgada por, pelo menos, dois canais de comunicação da UMinho. Esclareceu, ainda, que a não divulgação dessa entrevista na rubrica de e-mail *Universidade em Notícia* resultou, apenas, da aplicação genérica e uniforme de critérios editoriais, que levam a incluir nessa rubrica outro tipo de notícias e de entrevistas, relacionadas com a Universidade do Minho e a sua múltipla e diversificada atividade.

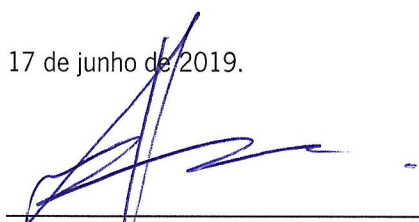
Tive, entretanto, oportunidade de constatar que se pode, efetivamente, aceder à entrevista em apreço através das duas seguintes vias: i) na página principal da UMinho, do lado esquerdo da rubrica “Eventos em Destaque”, na coluna “Notícias”, no “botão” “+ notícias”; ii) na Intranet, indo, no cimo da página, à rubrica “Comunicação” e abrindo em “Clipping”, para pesquisar, aqui, a notícia em apreço, através da referência à data e /ou a palavras-chave”.

Essa constatação não afasta, no entanto, a minha convicção de que notícias com a natureza e a relevância que, no plano institucional, teve a entrevista dada pelo Presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho no final dos seus dois mandatos, deveriam ter, no que respeita à sua divulgação e modo de acessibilidade, tratamento análogo ao das inúmeras e diversificadas notícias que são divulgadas através do e-mail *Universidade em Notícia*, acima citado.

Sem prejuízo do referido no parágrafo anterior, sugiro uma maior publicitação, junto de todos quantos integram a Universidade, da existência dos dois canais de comunicação e de divulgação de notícias acima referidos: a coluna “Notícias”, na página principal da UMinho e, na Intranet, a valência “clipping”, na rubrica “Comunicação”.

Saúdo, por último, todos quantos exercem funções no Gabinete de Comunicação, Informação e Imagem da Universidade do Minho, cuja atividade, marcada por elevados e reconhecidos níveis de competência, de empenho e de dedicação profissional e institucional, nunca esteve associada à intervenção por mim proferida na reunião de 25 de março de 2019, do Conselho Geral da Universidade do Minho.

17 de junho de 2019.



Victor Manuel de Sousa Rego Duarte Soares



Universidade do Minho
Conselho Geral

Memorando da reunião da Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e dezanove, entre as 16h00 e as 18h30, reuniu, na Sala de Reuniões da Reitoria, sita no Largo do Paço, a Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros (doravante designada por Comissão). Estiveram presentes os Conselheiros Luís Amaral, que presidiu, Isabel Soares, Maria José Casa-Nova, Nuno Reis, Patrícia Jerónimo Vink, Paulo Pereira e Victor Soares. Justificou a ausência a Conselheira Ana Serrano. Participaram também na reunião a Conselheira Maria Helena Guimarães e a Prof.^a Doutora Lúcia Rodrigues.

Fazia parte da ordem dos trabalhos a apreciação do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas da UMinho 2018 e do Relatório de Atividades e Contas dos Serviços de Ação Social 2018.

O Presidente deu início à reunião, agradecendo à Prof.^a Doutora Lúcia Rodrigues o facto de esta ter acedido em prestar assessoria à Comissão na apreciação dos documentos remetidos ao Conselho, bem como pela elaboração do documento base que servirá de ponto de partida para os trabalhos da Comissão.

Informou de seguida do pedido da Conselheira Maria Helena Guimarães para assistir à sessão da Comissão, com vista a acompanhar os trabalhos sobre as matérias agendadas, pedido esse que foi atendido por todos os presentes.

Previamente à análise dos documentos, vários membros da Comissão manifestaram preocupação pelo facto de os documentos, contendo centenas de páginas, terem sido remetidos ao Conselho muito próximo da realização do Plenário, considerando que isso condicionou em muito a sua conveniente análise. O entendimento geral é o de que, muito embora o Regimento do Conselho Geral faça referência ao envio dos documentos de suporte às reuniões até 5 dias úteis antes da realização da mesma, no caso de documentos como os que estão em apreciação, estes deverão ser remetidos ao Conselho com maior antecedência, salientando ainda o facto de nem os cinco dias úteis terem sido cumpridos. Foi também realçado o facto de estes relatórios não terem sido até ao momento submetidos à apreciação do Senado Académico, órgão do qual poderão, eventualmente, surgir ainda alterações substanciais aos mesmos. Assim, a Comissão deliberou solicitar ao Reitor, em sede de reunião do

Plenário, para que no futuro seja tido o cuidado de enviar os documentos com maior antecedência, tendo em consideração que alguns assuntos carecem da análise prévia das Comissões Especializadas do Conselho.

Foi também deliberado que a Comissão fará a apreciação do Relatório de Gestão e de Contas Consolidadas da UMinho 2018 e o Relatório de Atividades e Contas SASUM 2018 com a reserva do facto de ser até ao momento desconhecido o parecer obrigatório do Fiscal Único sobre o Relatório de Gestão e de Contas Consolidadas da UMinho 2018, bem como as deliberações do Senado Académico sobre os mesmos.

➤ **Relatório de Gestão e Contas da UMinho 2018**

A Comissão verificou que, durante o ano de 2018, a UMinho procedeu à implementação do Decreto-Lei 85/2016, de 21 de dezembro, que estabelecia o dia 1 de janeiro de 2018 como a data de implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), tendo sido alvo de elogio o cumprimento do previsto na lei pela UMinho, dado que outras entidades públicas (principalmente serviços integrados) não conseguiram cumprir o estabelecido. Mereceu também elogio o facto de os documentos apresentarem um bom nível de transparência e de ter havido um excedente de tesouraria elevado, traduzido num aumento de saldos bancários no valor de 1.692.564,95 euros.

Foi entendimento da Comissão que, tratando-se das primeiras demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP, é natural que estas tenham algumas limitações e necessitem de algum tempo para o seu melhoramento. Após análise do Relatório de Atividades e Contas da UMinho 2018, a Comissão coligiu alguns contributos, os quais se apresentam de seguida, e que visam melhorar a próxima prestação de contas, assim como os processos contabilísticos na UMinho. Foi sugerido que as correções sejam efetuadas antes de o documento ser disponibilizado na Internet, tendo em vista a eliminação de inconsistências, incoerências e uso inadequado da terminologia própria deste tipo de análise, bem como dos erros e das gralhas previamente à sua consulta pelo público em geral.

Baseada no parecer da Professora Doutora Lúcia Rodrigues, a Comissão tece seguidamente um conjunto de apreciações e recomendações tendo em vista a melhoria do documento objeto de análise.

1. O facto de a apresentação das contas individuais e das contas consolidadas ser feita em simultâneo torna confusa a leitura da informação. Embora seja desejável que a informação esteja no mesmo documento, será curial aparecer toda a informação relativa às contas individuais e só depois a relativa às contas consolidadas. A apresentação separada das contas da Universidade do Minho das do grupo público Universidade do Minho, vai de encontro às boas práticas e melhora a compreensão da informação.

Esta reflexão, a não ser possível integrar presentemente o Relatório em análise, deverá ser pensada na organização dos conteúdos do próximo Relatório.

2. Ao contrário do que é referido, houve derrogação de duas normas nas contas individuais: a NCP 27 Contabilidade de Gestão e a NCP 25 - Relato por Segmentos. Por não ter cumprido com a NCP-27 e não ter o subsistema de Contabilidade de Gestão, o Relatório de Gestão da UMinho está incompleto, dado que não apresenta informação sobre os gastos e os rendimentos por tipos de serviços. O facto de a UMinho não ter o subsistema de Contabilidade de Gestão faz com que esta não tenha a capacidade de informar os utilizadores das demonstrações financeiras sobre os gastos e rendimentos, os ativos e os passivos associados a cada um dos segmentos que fazem parte da sua missão (NCP 25 – Relato por Segmentos), limitando assim a transparência, e não cumprindo, também, o art.º 60 do RJIES que estabelece:

Art.º 160 - Contas

1 — As instituições de ensino superior públicas devem apresentar anualmente um relatório de contas consolidadas com todas as suas unidades orgânicas.

2 — O relatório a que se refere o número anterior deve incluir a explicitação das estruturas de custos, diferenciando atividades de ensino e investigação para os vários tipos de carreiras, de forma a garantir as melhores práticas de contabilização e registo das estruturas de custos das instituições de ensino e investigação.

3. No que diz respeito à aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP), com vista a mensurar as participações em entidades controladas e associadas nas contas individuais, ao longo das contas individuais é referido que a UMinho deixou de aplicar este método por não ser permitido no SNC-AP. Contudo, mais à frente, é mencionada a possibilidade da sua utilização, mas de forma opcional. Da leitura da Portaria 189/2016, Notas de Enquadramento, é possível verificar que o MEP deve ser usado, como regra, nas contas individuais, como se pode verificar na Tabela apresentada naquela Portaria, entendendo assim a Comissão que a inconsistência ao longo do texto deverá ser corrigida.

Participações	Nas contas individuais	Nas contas consolidadas
Em entidades controladas	Por regra, método da equivalência patrimonial	Método da consolidação integral.
Em associadas	Por regra, método da equivalência patrimonial	Método da equivalência patrimonial.
Em empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas).	Método da equivalência patrimonial	Método da equivalência patrimonial.
Noutras entidades.....	Método do custo ou método do justo valor	Método do custo ou método do justo valor.

Adicionalmente, não se percebe esta mudança que não só constituiu um afastamento das melhores práticas (a apresentação das participadas ao custo histórico leva ao seu não acompanhamento, deixando que o seu valor fique “parado” na história, sem ser devidamente gerido), como contribuiu para aumentar ainda mais a perda de comparabilidade da informação apresentada em 2018. É dito que “Esta alteração

de política contabilística prende-se com a oportunidade da informação financeira das participadas da UMinho”. Mas, se até aqui as participadas sempre apresentaram a informação de forma oportuna, por que razão deixaram agora de o fazer? Este argumento não é convincente num contexto em que as empresas estão a encerrar as contas cada vez mais cedo, face à existência de sistema contabilísticos cada vez mais eficientes.

4. A demonstração de fluxos de caixa não parece estar bem parametrizada, questionando-se onde está o valor recebido de transferências correntes de 93 280 963,24 euros, apresentado na Demonstração de Desempenho Orçamental. Tratando-se de um valor muito material, este deveria ser devidamente evidenciado em linha ou em nota anexa na Demonstração de Fluxos de Caixa. Tal como acontece com o Balanço e com a Demonstração de Resultados, também na Demonstração de Fluxos de Caixa a coluna “Notas” deverá ser preenchida com os esclarecimentos em anexo. O seu não preenchimento conduz à não compreensão da informação apresentada, colocando dúvidas sobre a sua correção.
5. Os abates de bens do ativo fixo tangível que ainda não estão totalmente depreciados levam ao registo de uma perda por imparidade, nos termos da NCP 9 – Imparidades em ativos, não constituindo amortizações extraordinárias, como o eram no POC-E e como parecem ter sido consideradas. Face a esta alteração, deveriam ter sido registadas numa conta de depreciação normal (porque agora não há a conta amortizações extraordinárias). Deviam assim ter sido divulgadas como tal na nota 9, relativa à NCP 9 - Imparidade em ativos.
6. De referir ainda que a NCP 9 só trata a imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis. As imparidades em ativos financeiros são tratadas na NCP 18, pelo que devem ser divulgadas na nota 18. Isto significa que tudo o que está na nota 9, relativo a imparidades em clientes e utentes, deverá ser transferido para a nota 18 dos ativos financeiros e a nota 9 deverá ser corrigida para mostrar as imparidades verificadas em ativos tangíveis. De realçar ainda que as expressões “ativos geradores de caixa” e “ativos não geradores de caixa” só se usa no contexto da NCP 9, ou seja, no caso dos ativos tangíveis e intangíveis. Nos termos desta norma, as entidades têm de dizer como se distinguem uns dos outros. Dado que a UMinho é uma universidade pública que detém ativos fixos tangíveis e intangíveis, com vista a proporcionar serviço público e não benefícios económicos, é previsível que, ao nível das contas individuais, quase todos os ativos tangíveis e intangíveis da UMinho devam ser classificados como ativos não geradores de caixa.
7. Propriedades de investimento: a quantia escriturada destes ativos é de 963 512,84, enquanto que o Valor Patrimonial Tributável é de 3 836 631,01, ou seja, quase mais 3 milhões de euros. Nos termos do Manual de Implementação, deveria ter sido aproveitada a transição do normativo para se proceder à

atualização destes ativos que ficaram bastante subavaliados no balanço, não dando uma imagem verdadeira e apropriada das Propriedades de Investimento da UMinho.

8. Embora haja razões para a não apresentação da demonstração de execução do plano plurianual de investimentos (por não existir o plano no início do ano), o princípio da transparência leva a que se informe o leitor das demonstrações financeiras das razões da sua ausência.
9. Suscita dúvidas o facto de as locações da UMinho serem todas consideradas operacionais, havendo confusão no texto, como se pode ver na p.106, onde se lê “A tabela seguinte faz uma breve descrição dos contratos em regime de locação financeira.”, sendo que o título da tabela aparece como “Tabela 49 – Descrição dos Contratos de Locação Operacional Significativos”. Coloca-se assim a questão se os contratos são de locação financeira ou operacional. Os automóveis que a UMinho comprou à ESPAP são para entregar no fim do contrato? Percebe-se pela informação relatada que não há qualquer opção de compra, mas se a UMinho puder ficar com os automóveis no fim da vida útil e os contratos de locação são de 4 anos, tudo indica que são locações financeiras. Para ser considerado locação financeira não é obrigatório haver a opção de compra, mas sim que a UMinho detenha o controlo sobre estas viaturas.
10. Página 111: Tabela 55 – Rendimentos de Transações com Contraprestação: as taxas devem ser retiradas desta tabela e consideradas na tabela seguinte, dado que são rendimentos sem contraprestação, isto é, de acordo com o Manual de Implementação, as propinas (taxas) são rendimentos em que a UMinho recebe um valor dos alunos claramente inferior ao valor do serviço que presta. A exceção pode ser a propina do aluno internacional, mas neste caso não devem ser classificadas como rendimento de taxas, mas como rendimento de prestação de serviços. No caso do aluno internacional, a UMinho recebe do aluno um valor equivalente ao serviço prestado (transação com contraprestação).
11. Página 124, K) Tabela 70: nenhuma explicação é dada para o aparecimento do valor da linha “Outras Variações no Património Líquido” no montante de 52 299 682 euros. Sendo um dos valores mais significativos da Tabela, é de estranhar ser o único que não tem nota explicativa.
12. Contas Consolidadas:
 - 12-a). Ao contrário do que é dito, há derrogação das notas explicativas de grande parte do Anexo às contas consolidadas. Por oposição ao que acontece nas contas individuais, as demonstrações financeiras consolidadas não têm notas explicativas, dado que a coluna “Notas” está vazia. De notar que as linhas das contas consolidadas têm números diferentes das linhas das contas individuais, sendo por isso importante apresentar as respetivas justificações. Aparecem ainda linhas diferentes (por exemplo, Inventários), para as quais o leitor das demonstrações financeiras não tem qualquer apoio na sua interpretação. Nesse sentido, o Anexo às demonstrações financeiras consolidadas está muito mais pobre

do que acontecia nos anos anteriores, quando o Anexo era apresentado em POC-E. As únicas notas explicativas apresentadas referem-se aos procedimentos de consolidação (NCP 22), tendo ficado as notas relativas às outras normas por preencher. Embora se perceba a pouca materialidade das participadas, a preparação adequada das contas consolidadas exige que todo o Anexo seja preenchido.

12-b). O texto da nota 22 necessitará de revisão, na medida em que a expressão “interesses que não controlam” está a ser confundido com participações minoritárias da UMinho. No contexto do SNC-AP, esta expressão tem o mesmo significado da expressão “interesses minoritários” do POC-E, ou seja, correspondem aos interesses das entidades quando a UMinho não detém a totalidade do capital das participadas (correspondem a cerca de um milhão de euros no balanço consolidado e -30 360,19 € na demonstração de resultados consolidada).

12-c). Alguns problemas apontados nas contas individuais repercutem-se nas contas consolidadas, designadamente, na demonstração de fluxos de caixa.

Foram também detetadas pela Comissão, ao longo do documento, algumas gralhas/incorreções que deverão ser corrigidas no documento final, as quais se encontram assinaladas no **anexo I** do presente memorando.

➤ **Relatório de Atividades e Contas dos Serviços de Ação Social 2018**

Relativamente ao Relatório de Atividades e Contas dos SASUM, a Comissão mostrou preocupação pelo facto de, pela primeira vez, estes serviços registarem um desequilíbrio financeiro significativo, cuja evolução importa acompanhar. Foi também assinalada a diferença significativa de rentabilidade entre as áreas alimentares localizadas no Campus de Gualtar e as do Campus de Azurém.

Finda a apreciação, a Comissão deliberou subscrever o parecer do Fiscal Único que vier a ser apresentado ao Conselho Geral sobre o Relatório de Atividades e Contas dos Serviços de Ação Social 2018, também tendo em atenção a ausência de disponibilidade temporal para a leitura atenta deste documento por parte de alguns membros da Comissão.

• Gralhas detetadas e sugestões de alteração

1). Para uma melhor compreensão, a composição dos rácios deve ser apresentada ao leitor, dado que não estão normalizados.

2). Na página 18 há um parágrafo incompleto;

3). A expressão “ativos geradores de caixa” e “ativos não geradores de caixa”, está a ser aplicada indevidamente ao longo do texto. Como argumentado anteriormente, esta expressão só se usa para ativos tangíveis e intangíveis; sugere-se que se retire ao longo do texto;

4). Na página 34, corrigir gralha: “Importa destacar o EBITDA...”

5). Na página 39, corrigir gralha: “rubrica relativa aos recebimentos ~~de~~ por via do orçamento do Estado (45% em 2017 e 46% em 2018).”

6). Na página 44: “Com a adoção do normativo SNC-AP, as entidades públicas reclassificaram estes subsídios SEM CONDIÇÕES na rubrica de outras variações no património líquido. (Esta clarificação é importante já que caso tenham condições mantém-se na conta de rendimentos a reconhecer). Corrigir também na p. 47, e eventualmente noutras partes do texto.

7). Na página 48. Corrigir: “É convicção do Conselho DE GESTÃO ~~Geral~~ que o Relatório de Gestão Consolidado e demais documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Público UMinho, elaborados de acordo com o SNC-AP, com as Instruções do Tribunal de Contas e com as normas e princípios contabilísticos geralmente aceites, retratam de forma clara e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e o resultado das operações do Grupo Público UMinho, para o período de 2018.

O Conselho ~~Geral~~ DE GESTÃO da UMinho, propõe que o Resultado Líquido Negativo consolidado do Grupo Público UMinho, no montante de 2 832 m€, seja transferido para Resultados Transitados.”

Note-se que a responsabilidade de preparação das contas e aplicação de resultados é do Conselho de Gestão. O Conselho Geral só tem de as aprovar com base na evidência que o Conselho de Gestão apresenta e no parecer do Fiscal Único.

8). Na página 89: Nota 2: não há necessidade de falar das características da informação (não é divulgação), e num contexto em que a informação de 2017 e 2018 não é comparável por não ter havido aplicação retrospectiva (ou seja, as características qualitativas da informação foram prejudicadas), não faz qualquer sentido apresentar este texto.

9). Na página 94, corrigir, já que as locações operacionais são reconhecidas nas demonstrações financeiras: “As locações operacionais ~~não~~ são reconhecidas como GASTOS, ~~apenas~~ e divulgadas no ponto 6 (Locações) deste anexo.” (ver a Estrutura Conceptual: “O reconhecimento é o processo de incorporar, numa demonstração financeira adequada, um determinado item que cumpre a definição prevista de elemento”, neste caso a demonstração financeira adequada é a demonstração de resultados e o item é o gasto de locação).

Apreciação e recomendação 1



O facto de a apresentação das contas individuais e das contas consolidadas ser feita em simultâneo torna confusa a leitura da informação.

As demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas num único relatório com o objetivo de proporcionar uma mais fácil comparação entre as contas individuais e consolidadas.

Assim:

Análise orçamental e financeira individual: ponto 6 , isto é, da página 21 à página 38;

Análise orçamental e financeira consolidada: ponto 9, da página 39 à página 49;

Demonstrações financeiras individuais: ponto 12, da página 51 à página 140;

Demonstrações financeiras consolidadas: ponto 12, da página 145 à página 204.

Apreciação e recomendação 2



Ao contrário do que é referido, houve derrogação de duas normas nas contas individuais: a NCP 27 Contabilidade de Gestão e a NCP 25 - Relato por Segmentos.

.

Não existiu a derrogação por parte da UMinho de qualquer norma contabilística. Desta forma, não procedeu à divulgação do estipulado nas normas 27 e 25, pois a UMinho ainda não tem implementado a contabilidade de gestão, situação que a Administração da UMinho está a fazer todos os esforços para suprir esta limitação.

Como refere a NCP 1 — Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, no modelo de notas explicativas (anexo) às demonstrações financeiras:

“As notas relativamente às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, devendo manter-se, contudo o número de ordem das que forem utilizadas. Com vista a uma mais fácil divulgação, a informação pretendida pode ser apresentada em quadros.”

Apreciação e recomendação 3



No que diz respeito à aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP), com vista a mensurar as participações em entidades controladas e associadas nas contas individuais, ao longo das contas individuais é referido que a UMinho deixou de aplicar este método por não ser permitido no SNC-AP. Contudo, mais à frente, é mencionada a possibilidade da sua utilização, mas de forma opcional. Da leitura da Portaria 189/2016, Notas de Enquadramento, é possível verificar **que o MEP deve ser usado, como regra, nas contas individuais, como se pode verificar na Tabela apresentada naquela Portaria, entendendo assim a Comissão que a inconsistência ao longo do texto deverá ser corrigida.**

•

Participações	Nas contas individuais	Nas contas consolidadas
Em entidades controladas	Por regra, método da equivalência patrimonial . . .	Método da consolidação integral.
Em associadas	Por regra, método da equivalência patrimonial . . .	Método da equivalência patrimonial.
Em empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas).	Método da equivalência patrimonial	Método da equivalência patrimonial.
Noutras entidades.....	Método do custo ou método do justo valor	Método do custo ou método do justo valor.

Adicionalmente, não se percebe esta mudança que não só constituiu um afastamento das melhores práticas (a apresentação das participadas ao custo histórico leva ao seu não acompanhamento, deixando que o seu valor fique “parado” na história, sem ser devidamente gerido), como contribuiu para aumentar ainda mais a perda de comparabilidade da informação apresentada em 2018. É dito que “Esta alteração de política contabilística prende-se com a oportunidade da informação financeira das participadas da UMinho”. **Mas, se até aqui as participadas sempre apresentaram a informação de forma oportuna, por que razão deixaram agora de o fazer? Este argumento não é convincente num contexto em que as empresas estão a encerrar as contas cada vez mais cedo, face à existência de sistema contabilísticos cada vez mais eficientes.**



Apreciação e recomendação 3



Tal como referido na página 97 do relatório, referente ao anexo às demonstrações financeiras individuais (ponto 2.5), a UMinho de acordo com a NCP 21, § 10, optou por mensurar os seus investimentos financeiros pelo método do custo. Desta forma, apesar de a regra ser a mensuração pelo MEP, nada impede a utilização do método do custo, pois nas contas consolidadas da UMinho as participações de associadas estão mensuradas ao MEP (NCP 23). Assim, apesar das contas individuais não refletirem a variação do património das participadas da UMinho, esta informação não se perde, pois está refletida nas contas consolidadas.

Assim e de acordo com o exposto no § 10 da Norma de Contabilidade Pública 21

10 — Quando uma entidade preparar demonstrações financeiras separadas, deve contabilizar os investimentos em entidades controladas, empreendimentos conjuntos e associadas:

- (a) Pelo custo;
- (b) Em conformidade com a NCP 18; ou
- (c) Pelo método da equivalência patrimonial conforme descrito na NCP 23.

A questão da falta de tempestividade da informação mantém-se, já que, ainda este ano, e à data da preparação das contas individuais, a UMinho ainda não tinha a CLC de todas as suas participadas.



Apreciação e recomendação 3



Se atendermos ao exposto no § 4 da Norma Contabilística Pública 21 “Demonstrações Financeiras Separadas”

“Demonstrações financeiras separadas são as que são apresentadas por uma entidade, em que a mesma pode escolher, sujeita aos requisitos desta Norma, a contabilização dos seus investimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos ao **custo**, de acordo com a NCP 18 — Instrumentos Financeiros, ou segundo o método da equivalência patrimonial, nos termos da NCP 23 — Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos.

Assim, é dada a oportunidade à entidade de escolher a contabilização dos seus investimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos.

Em suma, a utilização do método do custo foi uma opção de mensuração dos investimentos financeiros, de acordo com o SNC-AP.

Apreciação e recomendação 4



A demonstração de fluxos de caixa não parece estar bem parametrizada, questionando-se onde está o valor recebido de transferências correntes de 93 280 963,24 euros, apresentado na Demonstração de Desempenho Orçamental. Tratando-se de um valor muito material, este deveria ser devidamente evidenciado em linha ou em nota anexa na Demonstração de Fluxos de Caixa. Tal como acontece com o Balanço e com a Demonstração de Resultados, também na Demonstração de Fluxos de Caixa a coluna “Notas” deverá ser preenchida com os esclarecimentos em anexo. O seu não preenchimento conduz à não compreensão da informação apresentada, colocando dúvidas sobre a sua correção.

.

A demonstração de fluxos de caixa segue o modelo previsto na NCP 1, consequentemente, o valor recebido de transferências correntes está na rubrica de outros pagamentos e recebimentos.

O nosso fiscal único não sugeriu a explicação de qualquer quantia expressa nesta demonstração.

Apreciação e recomendação 5



Os abates de bens do ativo fixo tangível que ainda não estão totalmente depreciados levam ao registo de uma perda por imparidade, nos termos da NCP 9 – Imparidades em ativos, não constituindo amortizações extraordinárias, como o eram no POC-E e como parecem ter sido consideradas. Face a esta alteração, deveriam ter sido registadas numa conta de depreciação normal (porque agora não há a conta amortizações extraordinárias). Deviam assim ter sido divulgadas como tal na nota 9, relativa à NCP 9 - Imparidade em ativos.

Os bens do ativo fixo tangível que não estão totalmente depreciados e que foram abatidos representam um montante de cerca de 800€, o que é imaterial tendo em consideração o valor total do ativo fixo tangível da UMinho (cerca de 120 M€). Relativamente a estes bens não é necessário constituir perdas por imparidade, apenas creditar a conta do ativo, debitar as depreciações e imparidades (se existirem) por contrapartida da conta de gastos (abates em investimentos não financeiros). Nada foi considerado como depreciações extraordinárias.

Apreciação e recomendação 6



De referir ainda que a NCP 9 só trata a imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis. As imparidades em ativos financeiros são tratadas na NCP 18, pelo que devem ser divulgadas na nota 18. Isto significa que tudo o que está na nota 9, relativo a imparidades em clientes e utentes, deverá ser transferido para a nota 18 dos ativos financeiros e a nota 9 deverá ser corrigida para mostrar as imparidades verificadas em ativos tangíveis. De realçar ainda que as expressões “ativos geradores de caixa” e “ativos não geradores de caixa” só se usa no contexto da NCP 9, ou seja, no caso dos ativos tangíveis e intangíveis. Nos termos desta norma, as entidades têm de dizer como se distinguem uns dos outros. Dado que a UMinho é uma universidade pública que detém ativos fixos tangíveis e intangíveis, com vista a proporcionar serviço público e não benefícios económicos, é previsível que, ao nível das contas individuais, quase todos os ativos tangíveis e intangíveis da UMinho devam ser classificados como ativos não geradores de caixa.

Optou-se por colocar na nota 9, por forma a numa única divulgação estarem apresentadas todas as imparidades numa única nota.

De fato, as imparidades de clientes e utentes deveriam ter sido divulgadas na nota 18. Contudo, não deixam de estar divulgadas e **os auditores não viram inconveniente**.

Apreciação e recomendação 7



Propriedades de investimento: a quantia escriturada destes ativos é de 963 512,84, enquanto que o Valor Patrimonial Tributável é de 3 836 631,01, ou seja, quase mais 3 milhões de euros. Nos termos do Manual de Implementação, deveria ter sido aproveitada a transição do normativo para se proceder à atualização destes ativos que ficaram bastante subavaliados no balanço, não dando uma imagem verdadeira e apropriada das Propriedades de Investimento da UMinho.

Manual de Implementação do SNC-AP (2016) – 1ª Versão, pág. 43:

“1.3.13. A regra é utilizar o custo considerado quando não estiver disponível o custo de aquisição. **Contudo, mesmo existindo informação fiável sobre o custo, os prédios rústicos ou urbanos devem ficar mensurados na transição para o SNC-AP pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).** O VPT constitui um modelo de avaliação de prédios que se considera proporcionar informação que cumpre as características qualitativas da informação financeira previstas na Estrutura Conceptual.”

Manual de Implementação do SNC-AP (2017) – 2ª Versão, pág. 43

1.3.13 A regra é utilizar o custo considerado quando não estiver disponível informação fiável sobre o custo de aquisição ou sobre o custo depreciado. **Contudo, relativamente aos prédios rústicos e urbanos, na transição para o SNC-AP, quando não existir informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, estes podem ficar mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT),** em substituição do justo valor, devendo apurar-se no caso dos prédios depreciáveis a vida útil estimada remanescente. O VPT constitui um modelo de avaliação de prédios que se considera proporcionar informação que cumpre as características qualitativas da informação financeira previstas na Estrutura Conceptual.

Apreciação e recomendação 8



Embora haja razões para a não apresentação da **demonstração de execução do plano plurianual de investimentos** (por não existir o plano no início do ano), o princípio da transparência leva a que se informe o leitor das demonstrações financeiras das razões da sua ausência.

Tal como referido na NCP 1, relativamente às notas do anexo, quando não existe informação não se apresenta a divulgação da nota, assim este foi o procedimento seguido para as demonstrações orçamentais. De referir ainda que a NCP 26 não exige outro tipo de procedimento para as divulgações.

Tal como referido no enunciado, **este plano deveria ter sido elaborado no orçamento do ano anterior**, o que não se realizou, impedindo assim a sua apresentação.

Mesmo assim, há que atender ao exposto na **Instrução nº 1/2019 do Tribunal de Contas**, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 46 de 6 de março de 2019, onde se refere, no § 1.4, no capítulo IV, relativo às notas técnicas, o seguinte:

1.4. **Até à plena entrada em vigor da Lei de Enquadramento Orçamental** as entidades sujeitas à aplicação do SNC-AP **não estão obrigadas a entregar as demonstrações orçamentais e financeiras previsionais previstas na NCP 1 e na NCP 26**. Contudo, devem remeter os respetivos orçamentos elaborados de acordo com as regras estabelecidas anualmente para o efeito **e, no caso das entidades da administração local, devem enviar, o orçamento e o plano plurianual de investimentos**.

Apreciação e recomendação 9



Suscita dúvidas o facto de as locações da UMinho serem todas consideradas operacionais, havendo confusão no texto, como se pode ver na p.106, onde se lê “A tabela seguinte faz uma breve descrição dos contratos em regime de locação financeira.”, sendo que o título da tabela aparece como “Tabela 49 – Descrição dos Contratos de Locação Operacional Significativos”. Coloca-se assim a questão se os contratos são de locação financeira ou operacional. Os automóveis que a UMinho comprou à ESPAP são para entregar no fim do contrato? Percebe-se pela informação relatada que não há qualquer opção de compra, mas se a UMinho puder ficar com os automóveis no fim da vida útil e os contratos de locação são de 4 anos, tudo indica que são locações financeiras. Para ser considerado locação financeira não é obrigatório haver a opção de compra, mas sim que a UMinho detenha o controlo sobre estas viaturas.

Por lapso em vez de locação operacional referiu-se locação financeira. Contudo, toda a informação presente no restante anexo, nota 2.1 (pág. 92 do anexo) e 6 (pág. 107 do anexo), faz-se referência às locações operacionais.

De referir que na nota 2.1. fazemos a distinção entre locações financeiras e operacionais.

Em todos os contratos da UMinho não existe opção de compra, nem a intenção da mesma no final do contrato. De referir também, que os riscos e vantagens previstos nos contratos não são transferidos na totalidade para a UMinho.

Apreciação e recomendação 10



Página 111: Tabela 55 – Rendimentos de Transações com Contraprestação: as taxas devem ser retiradas desta tabela e consideradas na tabela seguinte, dado que são rendimentos sem contraprestação, isto é, de acordo com o Manual de Implementação, as propinas (taxas) são rendimentos em que a UMinho recebe um valor dos alunos claramente inferior ao valor do serviço que presta. A exceção pode ser a propina do aluno internacional, mas neste caso não devem ser classificadas como rendimento de taxas, mas como rendimento de prestação de serviços. No caso do aluno internacional, a UMinho recebe do aluno um valor equivalente ao serviço prestado (transação com contraprestação).

Manual de Implementação do SNC-AP (2017) – 1ª e 2ª Versão, pág. 145

De acordo com a NCP 13, §3, a), e o exposto no Manual de Implementação do SNC-AP, as propinas são consideradas como prestações de serviços. Entre os diferentes exemplos de **rendimentos de transações com contraprestação** elencados, destaca-se o seguinte:

.....

Rendimentos de propinas – O rendimento é reconhecido na proporção dos serviços prestados ao longo do correspondente período letivo.

Apreciação e recomendação 11



Página 124, K) Tabela 70: nenhuma explicação é dada para o aparecimento do valor da linha “Outras Variações no Património Líquido” no montante de 52 299 682 euros. Sendo um dos valores mais significativos da Tabela, é de estranhar ser o único que não tem nota explicativa.

Não se compreende esta apreciação e a recomendação feita, uma vez que a k) referida, integra a nota 18- Instrumentos Financeiros.

No texto que surge antes da tabela 70 são expostos todos os esclarecimentos necessários para o entendimento da reclassificação efetuada da seguinte forma:

- 624 725€, relativos a doações que já haviam transitado de 2017.
- 51 674 957€, relativos a subsídios ao investimento de ativos depreciables, que foram reclassificados do passivo para o património líquido, decorrente da adoção do SNC-AP.

Apreciação e recomendação 12 a) ✱

Ao contrário do que é dito, há derrogação das notas explicativas de grande parte do Anexo às contas consolidadas. Por oposição ao que acontece nas contas individuais, as demonstrações financeiras consolidadas não têm notas explicativas, dado que a coluna “Notas” está vazia. De notar que as linhas das contas consolidadas têm números diferentes das linhas das contas individuais, sendo por isso importante apresentar as respetivas justificações. Aparecem ainda linhas diferentes (por exemplo, Inventários), para as quais o leitor das demonstrações financeiras não tem qualquer apoio na sua interpretação. Nesse sentido, o Anexo às demonstrações financeiras consolidadas está muito mais pobre do que acontecia nos anos anteriores, quando o Anexo era apresentado em POC-E. As únicas notas explicativas apresentadas referem-se aos procedimentos de consolidação (NCP 22), tendo ficado as notas relativas às outras normas por preencher. Embora se perceba a pouca materialidade das participadas, a preparação adequada das contas consolidadas exige que todo o Anexo seja preenchido.

Como informado, o relatório de gestão enviado tratava-se apenas de um DRAFT, o qual, por exemplo, ainda necessitava da validação por parte do fiscal único. O relatório final, já contém um anexo que inclui todas as divulgações exigidas.

Apreciação e recomendação 12 b) ✱

O texto da nota 22 precisa de ser revisto porque a expressão “interesses que não controlam” está a ser confundido com participações minoritárias da UMinho. No contexto do SNC-AP, esta expressão tem o mesmo significado da expressão “interesses minoritários” do POC-E, ou seja, são os interesses das entidades quando a UMinho não detém a totalidade do capital das participadas (correspondem à volta de um milhão de euros no balanço consolidado e -30 360,19 na demonstração de resultados consolidada).

Os termos utilizados na nota 22 do Anexo, estão conforme os conceitos previsto no SNC-AP, em particular os definidos na NCP 22. De referir que no SNC-AP não se designam participações minoritárias, mas sim “interesses que não controlam”, o qual está de acordo com o nosso anexo, balanço e demonstração dos resultados.

Assim, na NCP 22 refere-se o seguinte no §9:

“Interesses que não controlam é a parcela do património líquido ou do capital próprio (conforme apropriado) de uma entidade controlada não imputável, direta ou indiretamente, a uma entidade que controla.”

Apreciação e recomendação 12 b) ✱

O texto da nota 22 precisa de ser revisto porque a expressão “interesses que não controlam” está a ser confundido com participações minoritárias da UMinho. No contexto do SNC-AP, esta expressão tem o mesmo significado da expressão “interesses minoritários” do POC-E, ou seja, são os interesses das entidades quando a UMinho não detém a totalidade do capital das participadas (correspondem à volta de um milhão de euros no balanço consolidado e -30 360,19 na demonstração de resultados consolidada).

Os termos utilizados na nota 22 do Anexo, estão conforme os conceitos previsto no SNC-AP, em particular os definidos na NCP 22. De referir que no SNC-AP não se designam participações minoritárias, mas sim “interesses que não controlam”, o qual está de acordo com o nosso anexo, balanço e demonstração dos resultados.

Assim, na NCP 22 refere-se o seguinte no §9:

“Interesses que não controlam é a parcela do património líquido ou do capital próprio (conforme apropriado) de uma entidade controlada não imputável, direta ou indiretamente, a uma entidade que controla.”

Apreciação e recomendação 12 c) ✱

Alguns problemas apontados nas contas individuais repercutem-se nas contas consolidadas, designadamente, na demonstração de fluxos de caixa.

Tal como respondido na questão anterior, o modelo de fluxos de caixa apresentado cumpre os requisitos de apresentação da NCP 1.

Gralhas e sugestões de alteração *

Para uma melhor compreensão a composição dos rácios devem ser apresentados ao leitor, dado que não estão normalizados.

A informação financeira apresentada, tem em consideração as características qualitativas presentes na estrutura conceptual do SNC-AP, nomeadamente a característica da compreensibilidade. Esta característica diz-nos que os utilizadores devem ter o mínimo de conhecimentos contabilísticos, bem como das atividades desenvolvidas pela UMinho.

De referir ainda, que os rácios utilizados são consistentes com os utilizados nos relatos anteriores, por forma a maximizar a comparabilidade entre períodos.

Gralhas e sugestões de alteração ✱

Na página 44: “Com a adoção do normativo SNC-AP, as entidades públicas reclassificaram estes subsídios SEM CONDIÇÕES na rubrica de outras variações no património líquido. (Esta clarificação é importante já que caso tenham condições mantém-se na conta de rendimentos a reconhecer). Corrigir também na p. 47, e eventualmente noutras partes do texto.

De acordo com o SNC-AP, **só os subsídios sem condições é que podem ser classificados no património líquido**, ou seja, este é um dos requisitos mínimos que os utilizadores das demonstrações financeiras devem possuir.

Gralhas e sugestões de alteração ✧

Na página 89: Nota 2: não há necessidade de falar das características da informação (não é divulgação), e num contexto em que a informação de 2017 e 2018 não é comparável por não ter havido aplicação retrospectiva (ou seja, as características qualitativas da informação foram prejudicadas), não faz qualquer sentido apresentar este texto.

Apesar da comparabilidade da informação financeira ter sido afetada pela não reexpressão das demonstrações financeiras de 2017, **a explicação das características da informação julga-se importante, uma vez que favorece a compreensibilidade da informação financeira**, principalmente no caso dos utilizadores com menos conhecimentos contabilísticos. Além disso, foi **sugestão do fiscal único uma explicação aprofundada de cada característica**.

Gralhas e sugestões de alteração ✱

-P.94: Corrigir, já que as locações operacionais são reconhecidas nas demonstrações financeiras: “As locações operacionais ~~não~~ são reconhecidas como GASTOS, ~~apenas~~ e divulgadas no ponto 6 (Locações) deste anexo.” (ver a Estrutura Conceptual: “O reconhecimento é o processo de incorporar, numa demonstração financeira adequada, um determinado item que cumpre a definição prevista de elemento”, neste caso a demonstração financeira adequada é a demonstração de resultados e o item é o gasto de locação).

- As locações financeiras são reconhecidas na ativo e no passivo.
- As locações operacionais não são reconhecidas, nem no ativo nem no passivo, apenas divulgadas no anexo.
- De facto, os gastos das locações operacionais são reconhecidos na DR, mas não o montante das dívidas aquando da assinatura do contrato.